



**Rafaela Albuquerque  
Botelho**

**Cumprimento dos requisitos de divulgação dos  
Ativos Fixos Tangíveis**



**Rafaela Albuquerque  
Botelho**

**Cumprimento dos requisitos de divulgação dos  
Ativos Fixos Tangíveis**

Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Contabilidade – Ramo Auditoria, realizada sob a orientação científica de Graça Maria do Carmo Azevedo, Professora Adjunta do Instituto Superior de Contabilidade e Administração da Universidade de Aveiro e sob orientação científica de Alberto Jorge Daniel Resende Costa, Professor Adjunto (Equiparado) do Instituto Superior de Contabilidade e Administração da Universidade de Aveiro.

Dedico este trabalho especialmente aos meus pais por todo o apoio que me deram.

## **o júri**

presidente

**João Francisco Carvalho de Sousa**

Professor Adjunto do Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Aveiro

orientadora

**Graça Maria do Carmo Azevedo**

Professora Adjunta do Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Aveiro

arguente

**Manuel Emílio Mota de Almeida Delgado Castelo Branco**

Professor Auxiliar da Universidade do Porto

## **agradecimentos**

Um agradecimento especial à minha orientadora Dra. Graça Azevedo e ao meu coorientador Dr. Alberto Costa por toda a paciência e empenho demonstrados e ao Dr. Jonas Oliveira pela enorme ajuda que prestou.

## **palavras-chave**

Divulgação, ativos fixos tangíveis, NCRF 7; grau de cumprimento dos requisitos de divulgação.

## **resumo**

Este estudo tem como objetivo analisar o grau do cumprimento dos requisitos de divulgação obrigatórios exigidos pela NCRF 7 – Ativos Fixos Tangíveis, através da análise das Demonstrações Financeiras das 44 empresas incluídas no Ranking da Revista Exame de 2010, com relatórios e contas disponíveis na Internet e sujeitas ao regime geral do Sistema de Normalização Contabilística, relativo aos anos de 2010 e de 2011.

Foi construído um índice de divulgação que contempla 27 itens ao qual foi aplicada uma análise de conteúdo, sendo definidas duas variáveis dependentes: índice de divulgação e n.º de divulgações. Posteriormente e com base na literatura, foram definidas sete variáveis independentes e duas variáveis categóricas que influenciam os níveis de divulgação: alavancagem, atividade externa, dimensão da empresa, endividamento, idade, liquidez, rentabilidade, tipo de auditor e setor de atividade.

No modelo de correlação os resultados mostraram existir uma correlação positiva estatisticamente significativa entre a variável dependente “número de divulgações” e a variável independente “idade” para o ano de 2010. No ano de 2011, existe uma correlação positiva estatisticamente significativa entre a variável dependente “número de divulgações” e a variável independente “dimensão”.

No modelo de regressão, a variável “idade” tem uma associação positiva estatisticamente significativa com o “número de divulgações”.

**keywords**

Disclosure; tangible fixed assets; IFRS 7; transition and degree of compliance with requirements.

**abstract**

This study aims to analyze the degree of compliance with the mandatory disclosure requirements required by IFRS 7 - Tangible Fixed Assets, by analyzing the financial statements of the 44 companies included in the ranking of Exame Magazine, 2010, with reports and accounts available on the Internet and subject to the general rules of the Accounting Standardisation System for the years 2010 and 2011.

An index of disclosure that includes 27 items to which a content analysis was applied was built, two dependent variables were defined: Disclosure index and number of disclosures. Leverage external activity, firm size, debt, age, liquidity, profitability, auditor and type of activity: later and based on the literature, seven independent variables and two categorical variables that influence disclosure levels were defined.

In correlation model results showed any significant positive correlation between the dependent variable " number of disclosures " independent variable "age" for the year 2010. In 2011, there is a statistically significant positive correlation between the dependent variable " number of disclosures " independent variable "dimension".

In the regression model, the variable "age" has a statistically significant positive association with the "number of disclosures."

# Índice

resumo .....	vi
abstract .....	vii
Lista de Quadros .....	ix
Abreviaturas .....	x
1. Introdução.....	1
2. Enquadramento Normativo .....	3
3. Revisão da Literatura .....	9
3.1. Teorias subjacentes .....	9
3.2. Estudos sobre o grau de cumprimento dos requisitos de divulgação .....	12
3.3. Estudos sobre os fatores determinantes que influenciam o nível de divulgação .....	16
4. Estudo empírico.....	23
4.1. Objetivos e questões de investigação .....	23
4.2. Hipóteses de investigação.....	23
4.2.1. Variáveis independentes.....	23
4.2.2. Variáveis de controlo .....	28
4.3. Amostra.....	28
4.4. Metodologia .....	29
4.4.1. Metodologia do estudo.....	29
4.4.2. Variáveis dependentes.....	30
4.4.3. Variáveis independentes e variáveis de controlo .....	33
5. Resultados.....	37
5.1. Análise descritiva .....	37
5.2. Estudo da normalidade .....	39
5.3. Correlação .....	47
5.4. Regressão .....	48
Conclusões.....	53
Referências Bibliográficas.....	55



## Lista de Quadros

Quadro 1 - Definições .....	4
Quadro 2 - Divulgações .....	4
Quadro 3 - Definição da amostra .....	29
Quadro 4 - Grelha de cumprimento .....	30
Quadro 5 - Variáveis independentes .....	35
Quadro 6 - Variáveis de controlo .....	36
Quadro 7 - Análise descritiva .....	37
Quadro 8 - Normalidade .....	40
Quadro 9 - Teste de Wilcoxon .....	41
Quadro 10 - Teste de Mann-Whitney (setor de atividade) .....	42
Quadro 11 - Teste de Mann-Whitney ( <i>Big4/Outro</i> ) .....	45
Quadro 12 - Correlação (2010) .....	47
Quadro 13 - Correlação (2011) .....	48
Quadro 14 - Regressão (2010) .....	49
Quadro 15 - Regressão (2011) .....	50

## Abreviaturas

AAA	<i>Accountants and Auditors Association</i>
AFT	Ativos Fixos Tangíveis
CERS	<i>Committee of European Securities Regulators</i>
CIFAR	<i>Center for International Financial Analysis and Research</i>
CMVM	Comissão do Mercado de Valores Mobiliários
CNC	Comissão de Normalização Contabilística
DC	Diretrizes Contabilísticas
DF	Demonstrações Financeiras
EUA	Emirados Árabes Unidos
GAAP	<i>Generally Accepted Accounting Principles</i>
I&D	Investigação & Desenvolvimento
IAAT	<i>International Accounting and Auditing Trends</i>
IAS	<i>International Accounting Standards</i>
IASB	<i>International Accounting Standards Board</i>
IFRS	<i>International Financial Accounting Standards</i>
MQO	Mínimos Quadrados Ordinários
MQP	Mínimos Quadrados Ponderados
NCRF	Norma Contabilística e de Relato Financeiro
PAT	<i>Positive Accounting Theory</i>
POC	Plano Oficial de Contabilidade
SNC	Sistema de Normalização Contabilística

## 1. Introdução

Os Ativos Fixos Tangíveis (AFT) “apresentam-se cada vez mais como um fator determinante nas Demonstrações Financeiras (DF) das empresas devido ao seu capital intensivo” (Cunha, 2009, p. 1). Analisar a Norma Contabilística e de Relato Financeiro (NCRF) 7 referente ao cumprimento dos requisitos de divulgação, proporcionará aos utilizadores da informação financeira, conhecimentos mais abrangentes sobre os mesmos, minimizando eventuais erros sobre a sua aplicabilidade.

O presente estudo incide sobre os AFT, que é uma das áreas de relato da generalidade das empresas e onde é possível identificar diferenças relativamente às divulgações exigidas entre o normativo atual – Sistema de Normalização Contabilística (SNC) – e o anterior – Plano Oficial de Contabilidade (POC).

Este estudo tem como objetivo analisar o grau do cumprimento dos requisitos de divulgação obrigatórios exigidos pela NCRF 7 – Ativos Fixos Tangíveis, através da análise das Demonstrações Financeiras das 44 empresas incluídas no Ranking da Revista Exame de 2010, com relatórios e contas disponíveis na Internet e sujeitas ao regime geral do SNC, relativo aos anos de 2010 e de 2011.

Assim, levantamos as seguintes questões de investigação:

- i. As empresas portuguesas cumprem com os requisitos de divulgação dos AFT identificados na NCRF 7?
- ii. Quais os fatores que influenciam o nível de divulgação dos AFT?

Foi empregada inicialmente a metodologia de análise de conteúdo pelo facto de estarmos perante informação qualitativa e este estudo tem por base as DF de forma a construirmos uma grelha de cumprimento dos requisitos de divulgação presentes na NCRF 7. Posteriormente e de forma a identificarmos quais os fatores que influenciam o nível de divulgação das empresas, vamos efetuar uma análise quantitativa através de um modelo de regressão linear múltipla.

A variável “idade” é suportada no presente estudo.

O presente trabalho encontra-se organizado em cinco capítulos. Começamos com uma pequena introdução relativa ao cumprimento dos requisitos de divulgação dos AFT, abordando de seguida a justificação desta escolha.

Seguidamente, é apresentado o enquadramento normativo, onde são identificados os dois normativos, o anterior (POC) e o atual (SNC), abordando algumas definições e principais requisitos de divulgação exigidos pela NCRF 7.

Em terceiro lugar, a revisão da literatura, onde é justificado o estudo, encontrando-se esta repartida em três partes: primeiramente serão abordadas as teorias subjacentes ao estudo; de seguida são identificados os estudos sobre o grau de cumprimento dos requisitos de divulgação dos AFT e posteriormente são apresentados os estudos sobre os fatores que influenciam o nível de divulgação.

No quarto ponto é apresentado o estudo empírico, onde faremos uma descrição dos objetivos e questões de investigação, definimos as hipóteses do estudo e respetiva amostra. Neste ponto é também incluída a metodologia, que se encontra dividida em três partes: metodologia do estudo, definição da variável dependente e definição das variáveis independentes e das variáveis de controlo.

No último capítulo são apresentados os resultados do estudo. Acrescentamos ainda as conclusões, onde é incluído um breve sumário do estudo, suas contribuições e limitações terminando por evidenciar algumas sugestões para investigações futuras.

## 2. Enquadramento Normativo

O Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho de 2002 obrigou as empresas, com valores mobiliários cotados num mercado mobiliário regulamentado, a partir de 2005, a aplicar as *International Accounting Standards/International Financial Accounting Standards* (IAS/IFRS). Para as restantes empresas, os estados-membros tinham liberdade de escolha do modelo contabilístico a utilizar.

Assim, a Comissão de Normalização Contabilística (CNC) optou por elaborar um novo modelo - SNC - com o objetivo de substituir o anterior modelo - o POC - e demais legislação complementar, como foi o caso das Diretrizes Contabilísticas n.ºs 1 a 29. Por conseguinte, foi publicado o Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, que aprova o SNC e revoga o POC. Este novo normativo entrou em vigor em 1 de janeiro de 2010.

O SNC tem por base as normas do *International Accounting Standards Board* (IASB), adotadas pela União Europeia. O SNC é composto, entre outros documentos, por Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro, as quais constituem uma adaptação das referidas normas do IASB.

No SNC, os AFT são tratados na NCRF 7 que tem por base a IAS 16 – Ativos Fixos Tangíveis. A NCRF 7 tem como objetivo:

“... prescrever o tratamento contabilístico para ativos fixos tangíveis, para que os utentes das demonstrações financeiras possam discernir a informação acerca do investimento de uma entidade nos seus ativos fixos tangíveis, bem como as alterações nesse investimento” (NCRF 7, §1).

A NCRF 7 e o POC são coincidentes na definição de AFT, embora não exista uma correspondência total nos termos utilizados nos dois normativos. No SNC, os AFT estão incluídos na classe dos “Investimentos”, enquanto que no POC se designavam “Imobilizações Corpóreas” e estavam incluídos na classe das “Imobilizações”. Em ambos os normativos os AFT são classificados na classe 4, embora estejam em contas com códigos diferentes.

No SNC a temática dos AFT é, como referimos, tratada à luz da NCRF 7. Ainda que a definição apresentada nessa norma não se afaste muito da preconizada pelo POC (Nota explicativa à conta 42 - "Imobilizações corpóreas"), a NCRF 7 especifica, em nosso entender, com mais clareza os requisitos que um elemento deve conter para que seja classificado como AFT. Apresentamos de seguida, no Quadro 1, as definições que constam dos dois normativos:

Quadro 1 - Definições

SNC (NCRF 7)	POC
Ativos Fixos Tangíveis são itens tangíveis que:	Integra todos os bens imobilizados tangíveis, móveis ou imóveis, que a empresa utiliza na sua atividade operacional, que não se destinem a ser vendidos ou transformados, com carácter de permanência e vida útil superior a um ano.
a) Sejam detidos para uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços, para arrendamento a outros ou para fins administrativos; e	
b) Se espera que sejam usados mais do que um período.	

Relativamente às divulgações, existem diferenças do atual normativo em relação ao normativo anterior, dado que no POC as divulgações eram feitas no Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados; na NCRF 7, esta situação é tratada de forma semelhante. Contudo, neste último caso, as divulgações constam do Anexo, que é referente a todas as DF, sendo que as divulgações exigidas estão contempladas na NCRF 7, que também as remete para outras normas, pois as divulgações exigidas não se encontram todas na NCRF 7. No Quadro 2 apresentamos as principais divulgações exigidas pelo SNC, relativamente a esta temática, comparativamente às que eram exigidas pelo POC:

Quadro 2 - Divulgações

<b>POC</b>	<i>1. Indicação e justificação das disposições do POC que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da empresa;</i>
------------	---

2. *Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior;*
3. *Critérios valorimétricos utilizados relativamente às várias rubricas do balanço e da demonstração dos resultados, bem como métodos de cálculo respeitantes aos ajustamentos de valor, designadamente amortizações e provisões;*
4. *Cotações utilizadas para a conversão em moeda portuguesa das contas incluídas no balanço e na demonstração dos resultados, originalmente expressas em moeda estrangeira;*
5. *Medida em que o resultado do exercício foi afetado, com vista a obter vantagens fiscais:*
  - a) *Por valorimétricas diferentes;*
  - b) *Por amortizações do ativo imobilizado superiores às adequadas;*
  - c) *Por ajustamentos respeitantes ao ativo.*
6. *Indicação dos custos incorridos no exercício respeitantes a empréstimos obtidos para financiar imobilizações, durante a construção, que tenham sido capitalizados nesse período;*
7. *Indicação dos diplomas legais em que se baseou a reavaliação de imobilizações corpóreas. Quando tiver havido outros modelos de reavaliação, explicitação dos métodos de tratamento da inflação adaptados para o cálculo;*
8. *Elaboração de um quadro discriminativo das reavaliações, do tipo seguinte, com relação às imobilizações corpóreas e em curso:*
  - a) *Indicação do valor global, para cada uma das contas, de:*
    - i. *Imobilizações em poder de terceiros;*
    - ii. *Imobilizações afetadas a cada uma das atividades da empresa;*
    - iii. *Imobilizações implantadas em propriedade alheia;*
    - iv. *Imobilizações localizadas no estrangeiro;*
    - v. *Imobilizações reversíveis.*

- b) Discriminação dos custos financeiros neles capitalizados respeitantes ao exercício e acumulados.*

---

**SNC**

*§72 – As demonstrações financeiras devem divulgar:*

- a) Os critérios de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta;*
- b) Os métodos de depreciação usados;*
- c) As vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas;*
- d) A quantia escriturada bruta e a depreciação acumulada (agregada com perdas por imparidade acumuladas) no início e no fim do período;*
- e) Uma reconciliação da quantia escriturada no começo e fim do período que mostre as adições, as revalorizações, as alienações, os ativos classificados como detidos para venda, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações;*
- f) A depreciação, quer reconhecida nos resultados ou como parte de um custo de outros ativos, durante um período; e*
- g) A depreciação acumulada no final do período.*

*§73 – As demonstrações financeiras devem também divulgar:*

- a) A existência e quantias de restrições de titularidade e ativos fixos tangíveis que sejam dados como garantia de passivos;*
- b) A quantia de dispêndios reconhecida na quantia escriturada de um item do ativo fixo tangível no decurso da sua construção;*
- c) A quantia de compromissos contratuais para aquisição de ativos fixos tangíveis; e*
- d) Se não for divulgada separadamente na face da demonstração dos resultados, a quantia de compensação de terceiros por itens do ativo fixo tangível que estiverem com imparidade, perdidos ou cedidos que seja incluída nos resultados.*



*§74 – A seleção do método de depreciação e a estimativa da vida útil dos ativos são questões de juízo de valor. Por isso, a divulgação dos métodos adotados e da estimativa das vidas úteis ou das taxas de depreciação proporciona aos utentes das demonstrações financeiras informação que lhes permite passar em revista as políticas selecionadas pelo órgão de gestão e facilita comparações com outras entidades. Por razões semelhantes, é necessário divulgar:*

- a) A depreciação, que reconhecida nos resultados ou como parte de um custo de outros ativos, durante um período; e*
- b) A depreciação acumulada no final do período.*

*§75 – Se os itens do ativo fixo tangível forem expressos por quantias revalorizadas, deve ser divulgado o seguinte:*

- a) A data de eficácia da revalorização;*
- b) Se esteve ou não envolvido um avaliador independente;*
- c) A medida em que o justo valor dos itens foi determinado diretamente por referência a preços observáveis num mercado ativo ou em transações de mercado recentes numa base de não relacionamento entre as partes; e*
- d) O excedente de revalorização, indicando a alteração do período e quaisquer restrições na distribuição do saldo dos acionistas.*

Podemos então afirmar que o novo normativo – SNC – é bem mais exigente, no que respeita às divulgações, comparativamente com o anterior normativo – POC. Além disso, no SNC as divulgações estão definidas em cada norma e, quando necessário, a própria norma remete para as divulgações de uma outra em que sejam imprescindíveis essas divulgações.

Isto demonstra que os preparadores da informação financeira, no que respeita às divulgações dos AFT, conseguem, de forma rápida e eficaz localizar as divulgações exigidas.

A NCRF 7 também prevê a aplicação do modelo do custo ou, por opção, o modelo de revalorização. De forma resumida, o modelo do custo refere que após o reconhecimento inicial de um ativo o mesmo deve ser mensurado ao custo menos qualquer depreciação acumulada e eventuais perdas por imparidade acumuladas (§31, NCRF 7). Por outro lado no modelo de revalorização, após o reconhecimento do ativo, refere que o mesmo deve ser mensurado por uma quantia revalorizada, que é o seu justo valor à data da revalorização menos qualquer depreciação acumulada subsequente e perdas por imparidade acumuladas subsequentes (§32).

Contrariamente ao preconizado na Diretriz Contabilística n.º 16 - “Reavaliação de ativos imobilizados tangíveis”, onde estavam previstos dois modelos de reavaliação<sup>1</sup>, a NCRF 7 apenas faz referência à revalorização de AFT tendo por base o justo valor.

---

<sup>1</sup> Um com base na variação do poder aquisitivo da moeda e outro com base no justo valor.

### 3. Revisão da Literatura

Ao longo dos últimos anos, têm sido efetuados vários estudos de investigação acerca da aplicação das várias IAS/IFRS, em diversos países da União Europeia e também por todo o mundo. Por este facto e tendo em atenção os objetivos desta investigação, começaremos este capítulo por fazer um enquadramento das teorias subjacentes seguindo-se a nossa revisão da literatura, repartida em duas linhas de pesquisa:

- A. Estudos sobre o grau de cumprimento dos requisitos de divulgação;
- B. Estudos sobre os fatores determinantes que influenciam os níveis de divulgação.

#### 3.1. Teorias subjacentes

No que diz respeito à divulgação de informação, muitos foram os autores que tiveram por base diversas teorias, nomeadamente, a *Positive Accounting Theory* (Iatridis, 2012), a *teoria da agência* (Akhtaruddin, 2005; Hackston & Milne, 1996; Lopes & Rodrigues, 2007; Nordlund, 2010; Oliveira, Rodrigues & Craig, 2006; Tsalavoutas, 2011) a *teoria da sinalização* (Lopes & Rodrigues, 2007; Oliveira *et al.*, 2006; Tsalavoutas, 2011) e a *teoria dos custos políticos* (Lopes & Rodrigues, 2007; Oliveira *et al.*, 2006).

Com o intuito de suportar o nosso estudo, faremos de seguida um enquadramento sobre estas teorias de forma a definirmos, de forma mais coerente, as nossas hipóteses de investigação.

##### **a) *Positive Accounting Theory* (PAT)**

A PAT foi formulada por Watts e Zimmerman (1978 e 1986).

Segundo Iatridis (2012), a PAT procura explicar e prever porque é que uma determinada política contabilística é selecionada. Este autor refere ainda que esta teoria permite prever o comportamento e as ações dos gestores e menciona que as empresas quando divulgam estão a atender às suas necessidades financeiras

e quando divulgam informações de forma voluntária, mostram que são otimistas e promovem a qualidade da informação financeira e o interesse dos investidores.

**b) Teoria da Agência**

Diversos foram os autores que abordaram esta teoria, no entanto, quem a definiu, pela primeira vez foram os autores Jensen e Meckling (1976).

A *Teoria da Agência* pode ajudar na compreensão das motivações que os gestores têm para divulgar informação de forma voluntária. Define uma relação de agência como um contrato sob o qual uma ou mais pessoas (o principal) contratam outra pessoa (o agente) para realizar determinado serviço em seu nome e que envolve a delegação de alguns poderes de decisão que conferem autoridade ao agente (Jensen e Meckling (1976, p. 5)).

Segundo Akhtaruddin (2005) as empresas aumentam o nível de divulgação a fim de atenuar os conflitos entre acionistas e gestores. Por outro lado, Tsalavoutas (2011, p. 390) refere:

“Considerando as implicações decorrentes dos pressupostos da teoria da agência (...), os gestores teriam fortes incentivos para avaliar o risco de cumprimento, ou seja, para avaliar o equilíbrio entre os custos de agência (...) e o impacto sobre as suas posições financeiras das empresas, pois isso é causado pela transição para as IAS/IFRS.”

Também Lopes e Rodrigues (2007) abordaram esta teoria e referiram que a gestão da empresa pode estar relacionada com as práticas de divulgação, referindo que são necessárias pessoas independentes para monitorizar e controlar as ações de terceiros. Por outro lado, Nordlund (2010) refere que existe ocultação de informação, por exemplo, quando os gestores e os preparadores das DF sabem mais sobre a qualidade e a valorização das propriedades detidas pela empresa e não informam os utilizadores das DF. Por fim, Oliveira *et al.* (2006) referem que a divulgação funciona como um mecanismo para controlar o desempenho de um gestor e que os gestores são estimulados a divulgar

informação voluntariamente para manterem as suas posições e os acordos de compensação estabelecidos.

***c) Teoria da sinalização***

Impulsionada por Ross (2009) e Leland e Pyle (1997) e abordada por outros autores, nomeadamente por Keasey e Watson (1996), a teoria da sinalização foi desenvolvida pela literatura económica devido ao problema da assimetria da informação.

Tsalavoutas (2011) refere que quando as empresas enfrentam significativos ajustamentos positivos podem fornecer elevados níveis de divulgação. Por outro lado, Lopes e Rodrigues (2007) referem que esta teoria é aplicada aos mercados de capitais desenvolvidos, mas não explica totalmente as práticas de contabilização e de divulgação em Portugal, devido às características específicas das empresas portuguesas, como por exemplo, o alto grau de gestão familiar. Verificamos assim que, de acordo com esta teoria, os gestores têm vantagem sobre os acionistas quanto ao acesso à informação, divulgando mais informação e sinalizando a “melhor” informação.

***d) Teoria dos custos políticos***

Oliveira *et al.* (2006) enquadram a rentabilidade nesta teoria e afirmam que as empresas mais rentáveis são mais facilmente incentivadas a terem elevados níveis de divulgação com o intuito de melhorar a sua imagem nos diversos mercados. Lopes e Rodrigues (2007) referem que as empresas do mesmo setor de atividade estão interessadas em ter os mesmos níveis de divulgação de forma a evitar uma desvalorização no mercado.

### 3.2. Estudos sobre o grau de cumprimento dos requisitos de divulgação

Diversos autores como Akhtaruddin (2005), Riegler e Höllerschmid (2006), Lopes e Rodrigues (2007), Lopes e Viana (2008), Calixto (2010), Gastón, García, Jarne, e Gadea (2010), Nordlund (2010) e Tsalavoutas (2011), efetuaram estudos sobre a transição para as IAS/IFRS, em diversos países, sobre níveis adequados de divulgação, avaliando o impacto quantitativo da adoção das IAS/IFRS, analisando estudos já efetuados acerca da adoção das IAS/IFRS e investigando práticas de divulgação de forma a identificarem se as empresas cumprem com as divulgações obrigatórias.

Akhtaruddin (2005) investigou as práticas de divulgação das empresas com valores admitidos à negociação no Bangladesh, de forma a identificar se elas cumprem as regras obrigatórias estabelecidas pelos órgãos reguladores. Para o efeito, analisou 94 empresas com valores admitidos à negociação no Bangladesh, tanto na Bolsa de Valores de *Dhaka*, como na Bolsa de Valores de *Chittagong*, no final do ano de 1999. O autor refere que existem dois métodos para determinar o nível de divulgação: abordagens ponderadas e não ponderadas<sup>2</sup>. O estudo revelou que o cumprimento de divulgações é insuficiente entre as empresas com valores admitidos à negociação.

Riegler e Höllerschmid (2006) analisaram a divulgação dos ativos intangíveis relacionada com projetos de investigação e desenvolvimento (I&D), fornecida por sistemas de comunicação de carácter voluntário e obrigatório. Para tal, compararam o tratamento contabilístico de projetos de I&D em IFRS e em *Generally Accepted Accounting Principles* (GAAP) em dois países: Áustria e Alemanha. Os autores utilizaram uma abordagem de estudo de caso experimental num projeto comum de investigação. Os métodos implementados no projeto incluíram entrevistas semiestruturadas, técnicas de *Delphi* e raciocínios

---

<sup>2</sup> A abordagem ponderada estabelece que nem todos os itens de divulgação têm a mesma importância. Por outro lado, a abordagem não ponderada é baseada na suposição de que cada item de divulgação é igualmente importante.

normativos. Estes autores concluíram que é possível utilizar a abordagem sistemática e o *layout* do relato financeiro para aliar as supostas vantagens do relato financeiro com relatórios de capital intelectual baseado em indicadores.

Lopes e Rodrigues (2007), tendo em conta a adoção obrigatória das IAS/IFRS a partir do ano de 2005 para as empresas com valores admitidos à negociação, estudaram as características das empresas que estavam mais próximas das exigências de divulgação das IAS/IFRS relacionadas com instrumentos financeiros. Para o efeito, selecionaram todas as empresas com valores admitidos à negociação na *Euronext* Lisboa, em 31 de dezembro de 2001, ou seja, 55 empresas, em que 29% do total da mostra se enquadrava no setor industrial e 20% no setor financeiro. Foi utilizada como metodologia a análise de conteúdo. Como principais conclusões identificaram que existe falta de normalização contabilística para instrumentos financeiros em Portugal, nomeadamente no que diz respeito aos derivados. Por outro lado, verificaram que as empresas têm vindo a adotar os requisitos das IAS/IFRS na contabilização de instrumentos financeiros.

Lopes e Viana (2008), no âmbito das exigências do *Committee of European Securities Regulators (CESR)* e das recomendações do regulador no mercado português, a Comissão do Mercado de Valores Imobiliários (CMVM) em relação à divulgação dos impactos na transição para as IAS/IFRS, analisaram o conteúdo da informação divulgada pelas empresas portuguesas com valores admitidos à negociação. Para tal, observaram o grau de cumprimento das exigências e recomendações da CMVM. Posteriormente verificaram se a informação divulgada atingia as características qualitativas da relevância, comparabilidade e compreensibilidade constantes da recomendação da CMVM. Por fim procuraram identificar as áreas problemáticas na transição para as IAS/IFRS. A amostra teve por base 44 empresas com valores admitidos à negociação na *Euronext* Lisboa entre 1 de janeiro e 30 de setembro de 2005. A metodologia utilizada incluiu o índice de comparabilidade de *Gray*. Concluíram que as características qualitativas da relevância, comparabilidade e compreensibilidade, descritos na recomendação da CMVM, não foram alcançados em Portugal. Esta análise mostrou que os

padrões portugueses são mais conservadores do que os das IAS/IFRS. Os resultados mostraram, ainda, uma grande variabilidade entre as informações quantitativas divulgadas pelas empresas, prejudicando a comparabilidade das informações.

Calixto (2010) analisou e compilou diversos estudos acerca da adoção das IAS/IFRS em países europeus. Para tal, socorreu-se de 76 artigos e 4 dissertações de mestrado de forma a evidenciar diferenças qualitativas pela comparabilidade dos resultados entre as IAS/IFRS e o padrão local, estudos sobre o custo de capital e opinião acerca da adoção das IAS/IFRS e impactos na sua implementação em países europeus. A pesquisa foi motivada pela grande ênfase que tem sido dada à aceitação das IAS/IFRS, pela sua qualidade e incremento na globalização e integração económica e pela maior transparência, comparabilidade e consistência da informação financeira, que tenderão a originar informação contabilística de alta qualidade. Tratou-se de um estudo descritivo efetuado através de uma análise qualitativa de trabalhos monográficos e artigos disponibilizados em bases de dados de âmbito nacional e internacional. O autor concluiu que grande parte da investigação sobre capital reflete uma redução deste, após a adoção das IAS/IFRS, principalmente na Alemanha. Relativamente à adoção das IAS/IFRS, concluiu que foram identificados diversos aspetos positivos na sua implementação, como a maior qualidade, comparabilidade, transparência e relevância das DF. No que diz respeito aos impactos na sua implementação em países europeus, concluiu que ainda são limitados.

Gastón *et al.* (2010) avaliaram o impacto quantitativo da adoção das IAS/IFRS obrigatórias sobre relatórios financeiros emitidos pela primeira vez e para isso, analisaram o impacto quantitativo da adoção das IAS/IFRS obrigatórias na Espanha e no Reino Unido. Os autores escolheram Espanha e Reino Unido devido ao facto de ambos os sistemas de contabilidade terem vindo a ser tradicionalmente classificados em grupos opostos. Enquanto que o Reino Unido tem sido considerado um membro importante no designado modelo anglo-saxónico contabilístico, a Espanha enquadra-se no modelo contabilístico europeu. Uma outra razão para escolher estes dois países prende-se com o facto de



alguns dos resultados identificados pelos autores mostrarem que o efeito da aplicação das IAS/IFRS depende de como eles são implementados. A metodologia usada foi a análise de conteúdo, através de uma análise comparativa do impacto das IAS/IFRS na Espanha e no Reino Unido, com o intuito de identificar em qual dos dois países seria maior o impacto. Os resultados mostraram que o impacto quantitativo foi significativo em ambos os países, mas mais elevado no Reino Unido. Os autores observaram ainda que as IAS/IFRS têm um efeito negativo sobre a relevância dos relatórios financeiros em ambos os países, sendo mais significativo em Espanha.

Nordlund (2010) procurou discutir um nível adequado de divulgação de informação sobre os métodos aplicados e pressupostos significativos realizados na valorização de propriedades de investimento. O autor utilizou três métodos diferentes de avaliação: abordagens de mercado, abordagens de rendimento e abordagens de custos. Uma conclusão importante da pesquisa foi que a divulgação dos métodos aplicados, de pressupostos significativos em propriedades de investimento e avaliações independentes das propriedades de investimento, assim como as evidências de mercado precisavam de refinamento nos relatórios financeiros, de acordo com as IAS/IFRS. A contabilização pelo justo valor aumentou o risco de manipulação dos relatórios financeiros, uma vez que é muito difícil mensurar com fiabilidade o justo valor das propriedades de investimento. O autor destaca, ainda, que os custos e os benefícios devem ser interpretados tendo presente o objetivo das DF, i.e., fornecer informação útil aos utilizadores em vez de fornecerem somente a informação que acham pertinente.

Tsalavoutas (2011) examinou o grau de cumprimento de todos os requisitos obrigatórios de divulgação das IAS/IFRS em 2005, nas 153 empresas gregas com valores admitidos à negociação. Esta amostra representa cerca de 48% das empresas com valores admitidos à negociação na Bolsa de Valores de Atenas no final de Março de 2006, após a aplicação das IAS/IFRS em 2005 nos países europeus. O autor concluiu que existe um nível médio relativamente baixo no que diz respeito ao cumprimento das divulgações obrigatórias exigidas pelas IAS/IFRS, em 2005.

### 3.3. Estudos sobre os fatores determinantes que influenciam o nível de divulgação

Vários foram os autores que analisaram os determinantes específicos relacionados com o nível de divulgação, como Hackston e Milne (1996), Archambault e Archambault (2003), Akhtaruddin (2005), Oliveira *et al.* (2006), Lopes e Rodrigues (2007), Aljifri (2008), Morais e Fialho (2008), Gastón *et al.* (2010), Tsalavoutas (2011), Adelopo (2011) e Iatridis (2012).

Hackston and Milne (1996) efetuaram uma descrição das práticas de divulgação social das empresas, examinaram os determinantes potenciais de divulgação social e examinaram o método de avaliação na divulgação social das empresas. Para alcançar estes objetivos, utilizaram uma amostra composta por 47 empresas com valores admitidos à negociação na Bolsa de Valores da Nova Zelândia, em 31 de dezembro de 1992. Para a recolha e processamento dos dados, os autores empregaram duas metodologias: inicialmente a metodologia de análise de conteúdo e posteriormente um modelo de regressão múltipla (as variáveis definidas foram: tamanho da empresa, rentabilidade e tipo de indústria<sup>3</sup>). Os autores concluíram que o tamanho e o tipo de indústria estão correlacionados positivamente com a quantidade de divulgação, enquanto a rentabilidade não. Por outro lado, a relação entre tamanho e divulgação é muito mais forte para as empresas industriais de alto perfil do que para as empresas industriais de baixo perfil.

Archambault e Archambault (2003) desenvolveram um modelo tendo por base fatores culturais, nacionais e empresariais que influenciavam a divulgação de informação financeira das empresas. A amostra foi constituída por 621 empresas industriais abrangidas pelo *International Accounting and Auditing Trends* (IAAT). Os autores utilizaram uma análise de regressão múltipla para testar a significância dos determinantes de divulgação. Para os autores, o conceito de divulgação

---

<sup>3</sup> Os autores classificam o tipo de indústria em duas vertentes: empresas industriais de alto perfil e empresas industriais de baixo perfil. As empresas industriais de alto perfil são as que conseguem obter bastante visibilidade para o cliente e são as mais competitivas, como é o caso do setor automóvel, das companhias aéreas, das companhias do petróleo, entre outras. Por outro lado, as empresas de baixo perfil são classificadas como pouco rentáveis, como por exemplo a venda de produtos para uso doméstico.

resulta da influência da cultura, dos sistemas político e económico nacionais e dos sistemas empresarial, financeiro e operacional. Os sistemas empresariais classificam-se em propriedade, número de valores admitidos à negociação, dividendos, tipo de auditor e alavancagem. Por outro lado, os sistemas operacionais foram classificados em função do tamanho da empresa, número de indústrias e vendas externas. Após a análise dos resultados, os autores concluíram que a divulgação aumenta com três fatores: empresas com valores admitidos à negociação, dividendos e empresas auditadas por umas das Big6<sup>4</sup>. O estudo não demonstrou nenhuma relação entre tamanho, tipo de auditor e divulgação. Por fim, os autores remataram que a divulgação aumenta com a diversidade da empresa, que no estudo está representada pelas vendas externas, valores admitidos à negociação e número de indústrias.

Akhtaruddin (2005) analisou a associação entre as características da empresa e o grau de divulgação. Para tal identificou um conjunto de fatores importantes, nomeadamente, o tamanho da empresa, idade, *status* de listagem<sup>5</sup> e rentabilidade. Analisaram a existência de associação positiva entre um conjunto de características da empresa relativamente ao tamanho, idade, *status* de listagem, rentabilidade e o grau de divulgação obrigatória. No que diz respeito ao tamanho da empresa, o autor concluiu que tem um impacto reduzido sobre a divulgação de informação. Relativamente à idade, o autor classificou as empresas como muito antigas, velhas e novas e concluiu que os resultados não suportam a hipótese de que as empresas antigas forneçam mais divulgação do que as empresas novas. Quanto ao *status* de listagem o autor concluiu que as empresas modernas tendem a divulgar mais informação do que as empresas tradicionais. O último fator analisado foi a rentabilidade e os dados revelaram que existe relação fraca entre “resultado líquido do período”, “capital investido” e “nível de divulgação”. Assim, o autor rejeita a hipótese de que existe uma associação positiva entre um conjunto de características da empresa relativamente ao

---

<sup>4</sup> As Big6, no ano de 2005, eram a Price Waterhouse, KPMG Peat Marwick, Ernst & Young, Arthur Andersen, Coopers & Lybrand e Deloitte Touche Tohmatsu. Atualmente são designadas de Big4, dado que a Arthur Andersen deixou de ser classificada como uma das melhores empresas de auditoria e a Coopers & Lybrand associou-se à Price Waterhouse dando origem à Price WaterhouseCoopers.

<sup>5</sup> O autor classifica por *status de listagem*, empresas modernas e empresas tradicionais.

tamanho, idade, *status* de listagem e rentabilidade e o grau de divulgação obrigatória.

Oliveira *et al.* (2006) procuraram identificar os fatores que influenciavam a divulgação voluntária de informação sobre ativos intangíveis, nos relatórios anuais das empresas portuguesas com valores admitidos à negociação. Para alcançar este objetivo, a amostra teve por base 56 empresas com valores admitidos à negociação na *Euronext* Lisboa, em 31 de dezembro de 2003. Este estudo foi motivado pelas então recentes recomendações das IAS/IFRS que incentivavam as empresas a melhorarem o seu relatório de gestão através do aumento de divulgações voluntárias sobre ativos intangíveis. Um índice de divulgação voluntária sobre intangíveis foi construído com base na análise do “Relatório de Gestão e da Carta do Presidente”. Os autores definiram três tipos de variáveis: variáveis estruturais<sup>6</sup>, variáveis de desempenho<sup>7</sup> e variáveis de mercado<sup>8</sup>. Os autores concluíram que as Big4 têm um papel muito importante na divulgação voluntária de informação sobre ativos intangíveis.

Lopes e Rodrigues (2007) efetuaram um estudo sobre as características das empresas que estavam mais próximas das exigências de divulgação das IAS/IFRS relacionadas com instrumentos financeiros. Para tal, elaboraram um índice de divulgação baseado nos requisitos de divulgação da IAS 32 e IAS 39, para cada empresa. No tratamento dos dados realizaram uma análise estatística descritiva através de regressões simples e múltiplas. Estes autores definiram, como fatores determinantes, o tamanho da empresa, o tipo de setor, o tipo de auditor, o número de empresas com valores admitidos à negociação em bolsas estrangeiras, a multinacionalidade, a estrutura de capital e as características de gestão empresarial. Após o tratamento dos dados, os autores concluíram que o grau de divulgação está positivamente relacionado com o tamanho da empresa, o tipo de auditor, as empresas com valores admitidos à negociação e o tipo de setor. Os resultados mostraram ainda que as grandes empresas, empresas com

---

<sup>6</sup> Nas variáveis estruturais os autores incluíram a dimensão da empresa, a alavancagem, a concentração de propriedade e o tipo de auditor.

<sup>7</sup> Nas variáveis de desempenho, os autores incluíram apenas o fator rentabilidade.

<sup>8</sup> Nas variáveis de mercado, os autores incluíram o tipo de setor de atividade, o número de valores admitidos à negociação em bolsas estrangeiras e a atividade externa.

valores admitidos à negociação em mais do que um mercado e auditadas por empresas internacionais de auditoria estão mais próximas dos requisitos das IAS/IFRS.

Aljifri (2008) examinou o grau de divulgação nos relatórios anuais, determinou os fatores que afetam o nível da divulgação e procurou identificar a existência de diferenças entre os setores de atividade (bancário, seguros, indústria e serviços), nos Emirados Árabes Unidos (EAU). A sua amostra foi composta por 31 empresas dos EAU com valores admitidos à negociação em qualquer mercado financeiro do Dubai ou Abu Dubai, no ano de 2003. O autor escolheu o ano de 2003 por duas razões: primeiro, pelo facto de os relatórios anuais, a partir de 2003, serem os primeiros após a recomendação da *Accountants and Auditors Association* (AAA); em segundo, a disponibilidade dos dados a partir desse ano foi possível, pelo que o autor pôde analisar e recolher os 31 relatórios anuais auditados, de uma forma completa. Quanto à metodologia, foi utilizada a regressão logística, implementando o método dos Mínimos Quadrados Ponderados (MQP). Também foram efetuadas abordagens paramétricas e não paramétricas e uma análise de forma não ponderada da variância. Foi efetuada a análise descritiva, a análise de regressão e a análise comparativa. O autor identificou quatro fatores, que afetam o nível de divulgação: tipo de setor (bancário, seguros, indústria e serviços), tamanho, endividamento e rentabilidade. O autor concluiu que a extensão de divulgação nos EAU tem uma associação positiva estatisticamente significativa com o tipo de setor e que o tamanho, o endividamento e a rentabilidade têm uma associação estatisticamente não significativa com o nível de divulgação.

Morais e Fialho (2008) investigaram o nível de cumprimento da IAS 39 (Instrumentos Financeiros: reconhecimento e mensuração), dado que em 2005 foram adotadas as IAS/IFRS nas contas consolidadas das empresas da União Europeia com valores admitidos à negociação, e procuraram investigar se diferentes níveis de harmonização estavam associados a fatores específicos da empresa. Socorreram-se de uma amostra composta por 220 empresas europeias com valores admitidos à negociação, que estão incluídas no índice francês (CAC 40), no índice alemão (DAX 30), no índice italiano (MIB 40), no índice português

(PSI 20) e no índice inglês (FTSE 100), em 2005, e que são obrigadas a adotar a IAS 39. Como metodologia, foi utilizado o índice de *Jaccard* (JACC) para determinar o nível de harmonização entre a IAS 39 e a prática de informação financeira de uma amostra de base ampla de empresas europeias com valores admitidos à negociação. Aplicaram também a análise de regressão para analisar se as características específicas das empresas afetam o nível de convergência das práticas em relatórios sobre instrumentos financeiros. Os autores definiram cinco variáveis para o estudo: tipo de auditor, tamanho da empresa, número de empresas com valores admitidos à negociação em bolsas estrangeiras, rentabilidade e número de anos de adoção das IAS/IFRS. Os resultados mostraram um elevado nível de harmonização das práticas contábilísticas de empresas europeias incluídas na amostra e a IAS 39. O nível de conformidade com a IAS 39 é maior para as instituições financeiras do que para outras empresas. Não encontraram apoio persuasivo para outros fatores. O estudo indicou que as empresas têm alcançado altos níveis de adesão, o que é um sinal positivo para os mercados de capitais. Por fim, os autores observaram o cumprimento quase completo com a IAS 39, em todos os cinco países, no que diz respeito à mensuração subsequente dos instrumentos financeiros.

Gastón *et al.* (2010) avaliaram o impacto quantitativo da adoção das IAS/IFRS obrigatórias sobre relatórios financeiros emitidos pela primeira vez e, para isso, analisaram o impacto quantitativo da adoção das IAS/IFRS obrigatórias na Espanha e no Reino Unido. De forma a identificar o impacto, os autores definiram três fatores determinantes: o tamanho, a atividade internacional e o setor de atividade (industrial, comercial ou de serviços ). Relativamente à atividade internacional, os resultados mostram que o efeito das IAS/IFRS em elementos contábilísticos e rácios é menos significativo em empresas com maior percentagem de vendas externas em relação ao total das vendas. No que diz respeito ao setor de atividade, os resultados indicaram que este não é relevante para o impacto das IAS/IFRS sobre a informação financeira no Reino Unido. No entanto, em Espanha, os resultados foram um pouco diferentes, pois registaram-se diferenças entre empresas industriais, comerciais e de serviços.

Tsalavoutas (2011) examinou o grau de cumprimento de todos os requisitos obrigatórios de divulgação das IAS/IFRS em 2005. A metodologia usada foi a análise quantitativa através do método dos Mínimos Quadrados Ordinários (MQO). Para o efeito utilizou o índice de divulgação não ponderado e o método PC (cumprimento parcial da abordagem não ponderada). De forma a determinar quais os fatores que influenciam a divulgação, o autor definiu seis fatores: tamanho, alavancagem, rentabilidade, liquidez, indústria e tipo de auditor. O autor concluiu que as empresas que têm uma das Big4 como empresa de auditoria, cumprem mais os requisitos de divulgação.

Adelopo (2011) analisou as práticas de divulgação voluntária nas empresas com valores admitidos à negociação, na Nigéria. O autor foi motivado a realizar o estudo por diversas razões: primeiro, devido ao impacto da globalização e da liberalização financeira; em segundo lugar, os benefícios da integração no mercado global também fizeram com que os mercados de tornassem mais vulneráveis e elevassem o risco. Por outro lado, o autor também se motivou pela harmonização das normas de contabilidade que são importantes para reforçar a comparabilidade, compreensibilidade e melhorar a utilidade dos relatórios anuais. A Nigéria foi o país escolhido devido ao seu tamanho, com mais de 140 milhões de pessoas; ela é também a oitava produtora de petróleo, o que lhe proporciona mais de 90% da sua receita total. A amostra foi constituída por 52 empresas com valores admitidos à negociação na Bolsa de Valores da Nigéria. O autor usou um modelo de regressão múltipla como metodologia, construindo um índice de divulgação voluntária a partir do relatório anual das empresas da amostra. Para analisar os fatores determinantes desse índice definiu os seguintes fatores: tamanho da empresa, rentabilidade, complexidade da empresa, tipo de auditor, setor de atividade, idade e características de governo das sociedades. Como conclusões, o estudo encontrou relação positiva, estatisticamente significativa, entre a divulgação voluntária e o tamanho da empresa, o que confirmou que as empresas maiores tendem a fazer mais divulgação voluntária do que as empresas menores. O estudo documentou uma relação positiva, estatisticamente significativa, entre o mercado com base na definição de desempenho da empresa e a divulgação voluntária. O estudou também descobriu uma relação negativa, estatisticamente significativa, entre a percentagem de ações detidas e a

percentagem de participação da gestão em relação às divulgações da empresa. Por fim, o estudo encontrou relação positiva, estatisticamente significativa, entre o tipo de auditor e o grau de divulgação voluntária no relatório anual.

latridis (2012) investigou de que forma a divulgação voluntária das IAS/IFRS, no período anterior à adoção, afetou o processo de transição das IAS/IFRS, de empresas britânicas com valores admitidos à negociação. A investigação também procurou analisar se as empresas com fortes necessidades de financiamento estariam inclinadas a fornecer divulgação voluntária das IAS/IFRS e analisaram se a prestação voluntária de divulgação, no primeiro ano de adoção, originou dados mais relevantes. Tendo por base uma amostra constituída por 134 empresas, o autor utilizou regressões logísticas e lineares para testar as relações hipotéticas criadas ao longo da investigação e utilizou o índice de comparabilidade de *Gray*. A classificação de empresas em divulgação voluntária e não voluntária das IAS/IFRS foi baseada na prestação de informação relevante das IAS/IFRS antes da adoção obrigatória, ou seja, antes de 2005. Para classificar as empresas, foi construído um índice similar ao índice de divulgação elaborado pelo *Center for International Financial Analysis and Research* (CIFAR). O autor definiu quatro fatores para a investigação: capital, resultado líquido do período, alavancagem e liquidez. Este autor chegou a diversas conclusões, nomeadamente: em relação à transição para as IAS/IFRS, as empresas que apresentaram divulgações voluntárias das IAS/IFRS antes da adoção obrigatória, registaram uma maior variação no capital próprio e no resultado líquido do período. Por outro lado, as divulgações não voluntárias das IAS/IFRS apresentaram uma variação positiva na alavancagem e uma diminuição na liquidez. As divulgações voluntárias das IAS/IFRS apresentaram maior equidade das necessidades de financiamento e são normalmente auditadas por grandes empresas de auditoria tendo as empresas valores admitidos à negociação em vários mercados de capitais; estas divulgações voluntárias apresentaram maior crescimento e retorno sobre ativos em 2005, comparativamente com 2004. Por último, o tamanho da empresa mostrou-se positivamente correlacionado com o retorno sobre ativos e alavancagem, devido ao facto de as grandes empresas poderem ser mais rentáveis e procederem mais rapidamente ao pagamento das dívidas mais elevadas devido a razões operacionais e de financiamento.



## 4. Estudo empírico

### 4.1. Objetivos e questões de investigação

A obrigatoriedade das empresas portuguesas, a partir de 1 de janeiro de 2010, adotarem o SNC e deixarem de utilizar o POC, suscitou muitas dúvidas entre os utilizadores da informação financeira e sobre a sua aplicabilidade (Machado, 2012).

Nesse sentido, nesta investigação, identificaremos o nível de divulgação no primeiro ano e seguinte à adoção do SNC, ou seja, 2010 e 2011.

Suportados na evidência empírica dos estudos anteriormente analisados, à semelhança do que aconteceu com a adoção das IAS/IFRS, é expectável que as empresas que adotaram o SNC aumentem o nível de divulgação. Assim, levantamos as seguintes questões de investigação:

- i. As empresas portuguesas cumprem com os requisitos de divulgação dos AFT identificados na NCRF 7?
- ii. Quais os fatores que influenciam o nível de divulgação dos AFT?

Desta forma, pretendemos identificar se as empresas avaliadas cumprem ou não com os requisitos de divulgação obrigatórios exigidos pela NCRF 7 – Ativos Fixos Tangíveis.

### 4.2. Hipóteses de investigação

#### 4.2.1. Variáveis independentes

A bibliografia existente tem refletido sobre o grau de cumprimento das divulgações e o número de fatores determinantes das empresas, nomeadamente: “rentabilidade”, “endividamento”, “liquidez”, “tipo de empresa de auditoria”, entre outros. A variável “tipo de empresa de auditoria” apresenta resultados significativos em alguns estudos (Lopes & Rodrigues, 2007; Oliveira *et al.*, 2006). A variável “endividamento” tem associação não significativa com o nível de divulgação (Aljifri, 2008).

Consequentemente, algumas destas variáveis, que representam atributos da empresa, vão ser incluídas no presente estudo como variáveis independentes. Desta forma, é importante averiguar se estas variáveis têm ou não poder explicativo no índice do grau de divulgação das empresas da amostra.

As variáveis escolhidas para o presente estudo foram: “alavancagem”, “atividade externa”, “dimensão da empresa”, “endividamento”, “idade”, “liquidez” e “rentabilidade”.

#### 4.2.1.1. Alavancagem

Estudos anteriores evidenciaram que não existe uma relação definida entre a “alavancagem” e o nível de divulgação. As pesquisas de Archambault e Archambault (2003) e Oliveira *et al.* (2006) que estudaram esta variável, concluíram que ela não influencia o nível de divulgação. Adelopo (2011) concluiu que esta variável tem uma correlação negativa, estatisticamente significativa. O estudo de Iatridis (2012) concluiu que esta variável apresenta uma variação positiva, mas não estatisticamente significativa, em relação ao grau de divulgação.

Por causa da evidência contraditória dos estudos anteriores, é expectável que o sinal desta variável seja negativo. Este será o pressuposto para formular as seguintes hipóteses:

*H1a) O nível de cumprimento dos requisitos de divulgação para os AFT está negativamente associado com o nível de “alavancagem” da empresa.*

*b) O “número de divulgações” dos AFT está negativamente associado com o nível de “alavancagem” da empresa.*

#### 4.2.1.2. Atividade externa

Poucos foram os estudos que incluíram a “atividade externa” como fator determinante no nível de divulgação. Oliveira *et al.* (2006) estudaram esta variável afirmando que a internacionalização das empresas aumentava os níveis de divulgação, contudo, não encontraram qualquer relação entre esta variável,

“atividade externa”, e o nível de divulgação. Gastón *et al.* (2010) calcularam a “atividade externa” através das vendas externas e concluíram que o efeito das IAS/IFRS foi menos significativo em empresas com maior proporção de vendas externas em relação ao total das vendas.

Atendendo aos estudos anteriores, é expectável a existência de associação não significativa entre o nível de divulgação sobre os AFT e a “atividade externa”. Neste contexto, enunciam-se as seguintes hipóteses:

*H2 a) O nível de cumprimento dos requisitos de divulgação para os AFT não está significativamente associado com a “atividade externa” da empresa.*

*b) O “número de divulgações” dos AFT não está significativamente associado com a “atividade externa” da empresa.*

#### 4.2.1.3. Dimensão da empresa

A teoria da agência prevê que uma empresa de maior dimensão esteja mais sujeita a conflitos entre os gestores e os investidores, implicando a existência de custos de agência.

“Dimensão da empresa” é uma das variáveis mais estudadas pelos autores relativamente ao cumprimento dos requisitos de divulgação dos AFT tratados na NCRF 7. Hackston e Milne (1996) e Oliveira *et al.* (2006) estudaram esta variável e concluíram que está positivamente associada com a quantidade de divulgação, ou seja, empresas maiores divulgam mais informação. Lopes e Rodrigues (2007) encontraram uma associação positiva estatisticamente significativa entre esta variável e o nível de divulgação. Por outro lado, Akhtaruddin (2005) e Aljifri (2008) concluíram que o tamanho da empresa tem um impacto pequeno sobre a divulgação de informação. Por fim, Morais e Fialho (2008) e Gastón *et al.* (2010) não encontraram qualquer associação entre o tamanho da empresa e o grau de divulgação.

Atendendo à diversidade dos resultados obtidos nos estudos referidos anteriormente, são formuladas as seguintes hipóteses:

*H3 a) O nível de cumprimento dos requisitos de divulgação para os AFT está positivamente associado com a “dimensão da empresa”.*

*b) O “número de divulgações” dos AFT está positivamente associado com a “dimensão da empresa”.*

#### 4.2.1.4. Endividamento

O contributo da teoria da agência é usado para explicar a relação entre o “endividamento” e divulgação dado que, segundo diversos estudos é expectável que as empresas com elevado grau de “endividamento” sejam mais propensas a cumprir com os requisitos de divulgação previstos na NCRF 7. Infelizmente, são poucos os autores que usam esta variável como fator determinante no cumprimento dos requisitos de divulgação. Para justificar esta variável, temos Aljifri (2008), Aksu e Kosedag (2006), Oliveira *et al.*, (2006) e Ousama *et al.*, (2012). Estes autores concluíram que o “endividamento” tem uma associação não significativa no nível de divulgação.

Nesse sentido, são formuladas as seguintes hipóteses:

*H4 a) O nível de cumprimento dos requisitos de divulgação para os AFT não está significativamente associado com o nível de “endividamento” da empresa.*

*b) O “número de divulgações” dos AFT não está significativamente associado com o nível de “endividamento” da empresa.*

#### 4.2.1.5. Idade

Relativamente à variável “idade” da empresa, temos apenas um autor que estudou este fator. Akhtaruddin (2005) classificou as empresas em três categorias: muito antigas, antigas e novas. Este autor não suportou a hipótese de que as empresas antigas fornecem mais informações do que as empresas novas.

Por este motivo, são formuladas as seguintes hipóteses de investigação:

- H5 a) O nível de cumprimento dos requisitos de divulgação para os AFT está positivamente associado com a “data da fundação da empresa”.*
- b) O “número de divulgações” dos AFT está positivamente associado com a “data da fundação da empresa”.*

#### 4.2.1.6. Liquidez

O estudo que Iatridis (2012) efetuou sobre a variável “liquidez” revelou que as divulgações não voluntárias de IAS/IFRS demonstraram uma redução da “liquidez”.

Assim, são formuladas as seguintes hipóteses de investigação:

- H6 a) O nível de cumprimento dos requisitos de divulgação para os AFT está positivamente associado com a “liquidez” da empresa.*
- b) O “número de divulgações” dos AFT está positivamente associado com a “liquidez” da empresa.*

#### 4.2.1.7. Rentabilidade

Estudos anteriores revelam que a “rentabilidade” não influencia o nível de divulgação (Aljifri, 2008; Hackston & Milne, 1996; Morais & Fialho, 2008; Oliveira *et al.*, 2006). Por outro lado, Akhtaruddin (2005) referiu que existe um nível muito baixo entre a “rentabilidade” e o nível de divulgação. Contudo, alguns autores comprovaram a existência de associação positiva entre o desempenho e o nível de divulgação (Lundholm, 1992, Salotti e Yamamoto, 2008, Cunha e Ribeiro, 2008).

Com base nos estudos anteriores, são formuladas as seguintes hipóteses:

- H7 a) O nível de cumprimento dos requisitos de divulgação para os AFT está positivamente associado com a “rentabilidade” da empresa.*
- b) O “número de divulgações” dos AFT está positivamente associado com a “rentabilidade” da empresa.*

#### 4.2.2. Variáveis de controlo

##### 4.2.2.1. Setor de atividade

Vários autores revelam que o “setor de atividade” é um indicador que influencia, de forma positiva, o nível de divulgação (Aljifri, 2008; Hackston & Milne, 1996; Lopes & Rodrigues, 2007; Oliveira *et al.*, 2006). No entanto, Tsalavoutas (2011) encontrou uma associação negativa significativa entre o “setor de atividade” e o grau de cumprimento das divulgações exigidas na NCRF 7. Por outro lado, Gastón *et al.* (2010) concluíram que esta variável não é relevante.

##### 4.2.2.2. Tipo de auditor

As empresas que têm como “tipo de auditor”, uma das *Big4*, apresentam elevados níveis de divulgação (Archambault & Archambault, 2003; Oliveira *et al.*, 2006; Tsalavoutas, 2011). Outros autores (Lopes & Rodrigues, 2007; Adelopo, 2011) estudaram esta variável e concluíram, respetivamente, que o grau de divulgação está significativamente relacionado com o “tipo de auditor” e que existe uma relação estatisticamente positiva entre este fator e a divulgação voluntária. No entanto, Morais e Fialho (2008) não encontraram qualquer relação entre o “tipo de auditor” e o nível de divulgação. Contudo, existem estudos que têm concluído o inverso, ou seja, que não existe uma forte associação entre o “tipo de auditor” e a divulgação da informação (Ousama *et al.*, 2012; wallace *et al.*, 1994).

#### 4.3. Amostra

A nossa amostra foi extraída do ranking das 500 maiores empresas Portuguesas da Revista Exame de 2010 com relatórios e contas disponíveis na Internet e que adotaram o SNC (regime geral) na elaboração das suas contas individuais nos anos de 2010 e 2011. Foram excluídas as fundações e empresas SGPS, S.A., em virtude da especificidade da atividade que desempenham e da regulação específica destes setores.

Conforme podemos verificar no Quadro 3, apenas 44 empresas tinham disponíveis os seus relatórios e contas individuais na sua página *web*, pelo que a nossa amostra final comporta 44 empresas.

Quadro 3 - Definição da amostra

Empresas extraídas do ranking da revista Exame	500
Empresas que não tinham os seus relatórios disponíveis na Internet	434
Fundações e Empresas SGPS, S.A.	7
Empresas que não tinham disponível informação para os 2 anos	15
<b>Amostra final</b>	<b>44</b>

#### 4.4. Metodologia

##### 4.4.1. Metodologia do estudo

A metodologia utilizada será, inicialmente, a análise de conteúdo, pelo facto de nos encontrarmos perante informação qualitativa e este estudo terá por base as DF, de forma a construir uma grelha de itens relativos aos requisitos de divulgação presentes na NCRF 7. De acordo com Weber (1988) (citado por Hackston & Milne, 1996, p. 84):

“A análise de conteúdo é usada para medir divulgações empresariais, divulgações de responsabilidade social. A análise de conteúdo é um método de codificação do texto (ou teor) de um pedaço de escrita em diversos grupos (ou categorias) em função de critérios seleccionados.”

Posteriormente e de forma a identificar quais os fatores que influenciam o nível de divulgação das empresas, efetuaremos uma análise quantitativa, através de um modelo de regressão linear múltipla. Os dados foram recolhidos nas DF das empresas da amostra de forma a construir um índice do grau de divulgação.

Pretendemos, com este estudo, analisar o grau de cumprimento dos requisitos de divulgação obrigatórios exigidas pela NCRF 7, das empresas em análise, para proporcionar informação mais fiável aos utilizadores da informação financeira. A este respeito latridis (2012, p. 574) refere que:

*“Divulgações contabilísticas devem ajudar os utilizadores a avaliar os acontecimentos passados, presentes e futuros, bem como os pressupostos, estimativas e incertezas”*

#### 4.4.2. Variáveis dependentes

Para cumprir o nosso primeiro objetivo e à semelhança de Moraes e Fialho (2008) construiu-se uma grelha de cumprimento (Quadro 4), baseada nas divulgações exigidas pela NCRF 7 e utilizada pelas empresas incluídas na amostra. De acordo com os estudos de (Akhtaruddin, 2005 ; Gastón *et al.*, 2010; Lopes e Rodrigues, 2007; Tsalavoutas, 2011), o cumprimento dos requisitos de divulgação sobre AFT foi aferido da seguinte forma:

- “1” no caso da empresa cumprir com o requisito de divulgação;
- “0” no caso da empresa não cumprir com o requisito de divulgação;
- No caso dos itens de divulgação não serem aplicáveis à empresa, utilizamos a expressão “*Não Aplicável*” sendo retirados do nosso estudo.

Desta forma, apresentamos, no Quadro 4, a grelha de cumprimento dos itens de divulgação utilizada no nosso estudo.

Quadro 4 - Grelha de cumprimento

Itens	Empresas
A entidade possui ativos fixos tangíveis?	(1 / 0 / NA)
i. <u>Se sim, divulga:</u>	
a) Os critérios de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta?	(1 / 0 / NA)
b) Os métodos de depreciação?	(1 / 0 / NA)
c) As vidas úteis ou as taxas de depreciação?	(1 / 0 / NA)
d) A quantia escriturada bruta e a depreciação acumulada (agregada com perdas por imparidade acumuladas) no início e fim do período?	(1 / 0 / NA)
e) Uma reconciliação da quantia escriturada no começo e fim do período?	(1 / 0 / NA)
f) A depreciação, quer reconhecida nos resultados ou como parte de um custo de outros ativos, durante um período?	(1 / 0 / NA)
g) A depreciação acumulada no final do período;	(1 / 0 / NA)
h) A existência e quantias de restrições de titularidade e ativos fixos tangíveis que sejam dados como garantia de passivos?	(1 / 0 / NA)
i) A quantia de dispêndios reconhecida na quantia escriturada de um item do AFT no decurso da sua construção?	(1 / 0 / NA)
j) A quantia de compromissos contratuais para a aquisição de AFT?	(1 / 0 / NA)
k) A quantia de compensação de terceiros por itens do AFT que estiverem com imparidade, perdidos ou cedidos que seja incluída nos resultados?	(1 / 0 / NA)



ii. <u>A empresa adota o modelo de revalorização e por classe de ativos intangíveis divulga:</u>	
a) A data de eficácia da revalorização	(1 / 0 / NA)
b) Se esteve ou não envolvido um avaliador independente	(1 / 0 / NA)
c) Indicação sobre como o justo valor foi determinado:	
1. Diretamente por referência a preços observáveis num mercado ativo	(1 / 0 / NA)
2. Transações de mercado recentes numa base de não relacionamento entre as partes	(1 / 0 / NA)
3. A QE do excedente de revalorização, indicando a alteração do período e quaisquer restrições na distribuição do saldo aos acionistas	(1 / 0 / NA)
4. Métodos e pressupostos significativos aplicados na estimativa do justo valor dos ativos	(1 / 0 / NA)
iii. <u>Quanto às imparidades, por cada classe de ativos:</u>	
a) A quantia de perdas por imparidade reconhecidas no período	(1 / 0 / NA)
b) A quantia de reversões de perdas por imparidade reconhecidas no período	(1 / 0 / NA)
c) A quantia de perdas por imparidade em ativos revalorizados reconhecidas em capital próprio no período	(1 / 0 / NA)
d) A quantia de reversões de perdas por imparidade em ativos revalorizados reconhecidas no capital próprio no período	(1 / 0 / NA)
iv. <u>Quanto às alterações de estimativas contabilísticas:</u>	
a) A quantia de uma alteração numa estimativa contabilística	(1 / 0 / NA)
b) Se a quantia da estimativa for impraticável, divulgar esse facto	(1 / 0 / NA)
v. <u>Quanto à existência de ativos não correntes detidos para venda:</u>	
a) Uma descrição do ativo não corrente	(1 / 0 / NA)
b) Uma descrição dos factos e circunstâncias da venda	(1 / 0 / NA)

A grelha de cumprimento inclui 27 itens de divulgação de informação relacionados com a NCRF 7.

A literatura existente sobre o cumprimento dos requisitos de divulgação das IAS/IFRS tem utilizado diversas metodologias de construção das variáveis dependentes, nomeadamente, índices de divulgação (ponderados e não ponderados) ou scores de divulgação – Iatridis (2012), Morais e Fialho (2008),

Aljifri (2008), Adelopo (2011), Akhtaruddin (2005) e Archambault e Archambault (2003).

Podemos afirmar que o índice de divulgação (ID) é um índice não ponderado, que de acordo com Branco e Góis (2013: pág. 10) assume:

*“ que todos os itens têm o mesmo nível de importância para os destinatários da informação divulgada, sendo atribuída a todos a mesma pontuação. Utilizar fatores de ponderação neste ID implicaria efetuar um estudo prévio acerca da importância atribuída a cada um dos itens pelos diversos utilizadores da informação e, ainda assim, os resultados estariam sempre sujeitos a um certo grau de subjetividade”.*

Assim, a variável dependente no presente estudo comporta a construção de um score de divulgação e de um índice de divulgação .

O score de divulgação corresponde ao número de divulgações da empresa  $j$  e foi apurado através da soma de todos os itens de divulgação cumpridos pela empresa  $j$  em cada uma dos anos sob estudo.

O ID para a empresa  $j$  é construído da seguinte forma:

$$IDj = \frac{\sum_{i=1}^{nj} x_{ij}}{nj}, 0 < IDj < 1$$

Onde:

$nj$  = Número de itens de divulgação relevantes (excluídos os itens não aplicáveis) para a empresa  $j$  ( $nj \leq 27$ ):

$x_{ij}$  = Assume 1 se o item foi divulgado e 0, no caso contrário.

O score de divulgações ( $SD$ ) para a empresa  $j$  é construído da seguinte forma:

$$SDj = \sum_{i=1}^{nj} x_{ij}$$

Onde:

$n_j$  = Número de itens de divulgação relevantes (excluídos os itens não aplicáveis) para a empresa  $j$  ( $n_j \leq 27$ ):

$x_{ij}$  = Assume 1 se o item foi divulgado e 0, no caso contrário.

#### 4.4.3. Variáveis independentes e variáveis de controlo

Relativamente às variáveis independentes e como já foi referido no ponto 4.2.1., foram definidas sete variáveis: alavancagem, atividade externa, endividamento, idade, liquidez, rentabilidade e dimensão da empresa.

A variável “Alavancagem” foi medida através do rácio de autonomia financeira (Total do Capital próprio/Total do Ativo) à semelhança de Iatridis (2012) e Oliveira *et al.* (2006).

A variável “atividade externa” foi medida através do rácio Vendas externas/Vendas totais, tal como Oliveira *et al.* (2006).

A variável “endividamento” foi medida pelo rácio Passivo não corrente/Capital próprio, tal como Aljifri (2008).

Para a variável “idade” foi tido em consideração o ano da fundação de cada empresa, à semelhança de Akhtaruddin (2005).

A variável “Liquidez” foi aferida através do cálculo de três rácios de liquidez: liquidez geral (Ativo Corrente/Passivo Corrente); liquidez reduzida [(Ativo Corrente – Inventários)/Passivo Corrente]; liquidez imediata (Meios Financeiros Líquidos/Passivo Corrente). A variável “Liquidez” agrega os três rácios de liquidez (liquidez geral, liquidez reduzida e liquidez imediata) numa única medida que representa os vários aspetos do conceito liquidez. Uma vez que os três rácios de liquidez estão altamente correlacionados, foi aplicada uma análise de componentes principais. Foi extraído um único fator que explica, no ano de 2010, 98,65% da variância total e, no ano de 2011, 99,47% da variância total (Valores próprios > 1). O modelo de análise de componentes principais foi validado pela estatística Kaiser-Meyer-Olkin (Ano de 2010: KMO = 0,733; Ano de 2011: KMO = 0,734) e pelo teste de esfericidade de Bartlett, tanto no ano de 2010 ( $\chi^2 = 306,13$ ;

p-value < 0,01), como no ano de 2011 ( $\chi^2 = 369,1$ ; p-value < 0,01). O componente extraído representa um construto do conceito liquidez para a empresa  $j$  em cada um dos anos de 2010 e 2011:

$$\text{Liquidez}_j(2010) = 0,994 \times \text{Liquidez Geral 2010} + 0,997 \times \text{Liquidez Reduzida 2010} + 0,989 \times \text{Liquidez Imediata 2010}.$$

$$\text{Liquidez}_j(2011) = 0,997 \times \text{Liquidez Geral 2011} + 0,999 \times \text{Liquidez Reduzida 2011} + 0,996 \times \text{Liquidez Imediata 2011}.$$

A variável “rendibilidade” foi medida, tal como Cunha e Ribeiro (2008) pela Rendibilidade dos Capitais Próprios (ROE) através do rácio Resultados antes de impostos/Capital próprio e, de acordo com Oliveira *et al.* (2006) pela Rendibilidade do Ativo (ROA) através do rácio Resultados antes de impostos/Ativo.

A variável “Dimensão” foi aferida através de total do ativo, volume de negócios e número de empregados. A variável “Dimensão” agrega os três indicadores (total do ativo, volume de negócios e número de empregados) numa única medida que representa os vários aspetos do conceito dimensão. Uma vez que os três indicadores estão altamente correlacionados, foi aplicada uma análise de componentes principais. Foi extraído um único fator que explica, no ano de 2010, 61,78% da variância total e, no ano de 2011, 60,97% da variância total (Valores próprios > 1). O modelo de análise de componentes principais foi validado pela estatística Kaiser-Meyer-Olkin (Ano de 2010: KMO = 0,637; Ano de 2011: KMO = 0,635) e pelo teste de esfericidade de Bartlett, tanto no ano de 2010 ( $\chi^2 = 21,88$ ; p-value < 0,01), como no ano de 2011 ( $\chi^2 = 20,90$ ; p-value < 0,01). O componente extraído representa um construto do conceito dimensão para a empresa  $j$  em cada um dos anos de 2010 e 2011:

$$\text{Dimensão}_j(2010) = 0,746 \times \text{Total do Ativo 2010} + 0,844 \times \text{Volume de Negócios 2010} + 0,765 \times \text{N.º de funcionários 2010}$$

$$\text{Dimensão}_j(2011) = 0,697 \times \text{Total do Ativo 2011} + 0,829 \times \text{Volume de Negócios 2011} + 0,809 \times \text{N.º de funcionários 2011}$$

Desta forma, apresentamos no Quadro 5 o resumo das variáveis independentes usadas para cada hipótese e as medidas usadas para cada variável, bem como o sinal esperado.

Quadro 5 - Variáveis independentes

<i>Hipóteses</i>	<i>Variáveis independentes</i>	<i>Sinal esperado</i>	<i>Proxies</i>
H1	Alavancagem	-	$\frac{\text{Capital Próprio}}{\text{Ativo Total}}$
H2	Atividade externa	?	$\frac{\text{Vendas externas}}{\text{Vendas Totais}}$
H3	Dimensão da empresa	+	Total do Ativo Volume de Negócios Nº de funcionários
H4	Endividamento	?	$\frac{\text{Passivo não corrente}}{\text{Capital Próprio}}$
H5	Idade	+	Ano da constituição da empresa
			Liquidez Geral:
			$\frac{\text{Ativo corrente}}{\text{Passivo corrente}}$
H6	Liquidez	+	Liquidez Reduzida: $\frac{\text{Ativo corrente} - \text{inventários}}{\text{Passivo corrente}}$
			Liquidez Imediata: $\frac{\text{Meios Financeiros Líquidos}}{\text{Passivo corrente}}$
H7	Rendibilidade	+	ROE = $\frac{\text{Resultado Antes de Impostos}}{\text{Capital Próprio}}$ ROA = $\frac{\text{Resultado Antes de Impostos}}{\text{Total do Ativo}}$

No que diz respeito às variáveis de controlo definimos duas: tipo de auditor e setor de atividade, conforme se apresenta no Quadro 6, identificando a variável, o sinal esperado e a *proxy*:

Quadro 6 - Variáveis de controlo

<i><b>Variáveis de controlo</b></i>	<i><b>Sinal esperado</b></i>	<i><b>Proxies</b></i>
<b>Tipo de auditor</b>	+	Variável binária = 1 se a empresa for auditada por uma das <i>Big4</i> e 0 caso contrário.
<b>Setor de atividade</b>	+	Variável binária = 1 caso a empresa se enquadre no setor industrial e 0 caso a empresa se enquadre no setor comercial e/ou de serviços.

A variável “tipo de auditor” foi medida através de uma variável *dummy* que assume o valor 1, se a empresa de auditoria for uma das *Big4* e assume o valor 0, no caso contrário.

A variável “setor de atividade” foi medida através de uma variável *dummy* que assume o valor 1, caso a empresa pertença ao setor industrial e assume o valor 0 caso contrário, ou seja, nos casos em que a empresa se enquadre no setor comercial e/ou de serviços. A seleção dos dois tipos de atividade prende-se com o facto de esperarmos que a divulgação seja distinta consoante o tipo de atividade, à semelhança de Gastón *et al.* (2010) e Aljifri (2008).

### **Modelo de Regressão**

O modelo de estimação irá testar se os fatores determinantes afetaram o nível de cumprimentos dos requisitos de divulgação sobre ativos fixos tangíveis exigidos pela NCRF 7:

$$IDJ_j = \alpha_0 + \beta_1 Alavancagem_j + \beta_2 Atividade\ externa_j + \beta_3 Dimensão_j + \beta_4 Endividamento_j + \beta_5 Idade_j + \beta_6 Liquidez_j + \beta_7 Rendibilidade_j + \beta_8 Setor\ de\ Atividade_j + \beta_9 Tipo\ Auditor_j + \mu_i$$

$$SDJ_j = \alpha_0 + \beta_1 Alavancagem_j + \beta_2 Atividade\ externa_j + \beta_3 Dimensão_j + \beta_4 Endividamento_j + \beta_5 Idade_j + \beta_6 Liquidez_j + \beta_7 Rendibilidade_j + \beta_8 Setor\ de\ Atividade_j + \beta_9 Tipo\ Auditor_j + \mu_i$$

## 5. Resultados

Para uma melhor percepção dos resultados obtidos, começamos por efetuar a análise descritiva e terminando com a análise de regressão linear múltipla.

### 5.1. Análise descritiva

No Quadro 7 apresentamos os resultados da análise estatística descritiva das variáveis, dependente e independentes, usadas no estudo, para o ano 2010 e 2011.

Quadro 7 - Análise descritiva

	Mensuração	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão	Assimetria	
Painel A: Ano 2010								
Índice ponderado	Índice	44	0,74	1,00	0,99	0,04	-5,04	0,36
Número de divulgações	Soma	44	8,00	16,00	10,16	2,33	1,01	0,36
Alavancagem	Rácio	44	-4,77	0,95	-0,02	1,00	-3,16	0,36
Atividade Externa	Rácio	44	0,00	0,86	0,07	0,20	3,34	0,36
Endividamento	Rácio	44	-8,52	5,05	0,05	2,10	-1,45	0,36
Liquidez	Rácio	44	0,23	72,60	4,86	11,90	5,00	0,36
Rendibilidade dos Capitais Próprios	Rácio	44	-1,06	0,68	0,08	0,28	-1,45	0,36
Rendibilidade do Ativo	Rácio	44	-0,33	0,28	0,01	0,13	-0,47	0,36
Dimensão		44	10,52	1833,29	357,39	440,15	1,84	0,36
Idade	Soma	44	4,00	491,00	54,14	76,42	4,63	0,36
Painel B: Ano 2011								
Índice ponderado	Índice	44	0,89	1,00	0,99	0,02	-4,04	0,36
Número de divulgações	Soma	44	8,00	16,00	9,93	2,06	1,40	0,36
Alavancagem	Rácio	44	-5,35	0,94	-0,06	1,13	-3,20	0,36
Atividade Externa	Rácio	44	0,00	1,00	0,06	0,19	3,87	0,36
Endividamento	Rácio	44	-8,14	9,44	0,16	2,38	0,18	0,36
Liquidez	Rácio	44	0,21	85,41	4,72	12,77	6,16	0,36
Rendibilidade dos Capitais Próprios	Rácio	44	-1,53	1,25	0,04	0,37	-1,14	0,36
Rendibilidade do Ativo	Rácio	44	-0,50	0,33	-0,01	0,13	-1,23	0,36
Dimensão		44	4,62	1355,86	274,54	330,10	1,75	0,36
Idade	Soma	44	5,00	492,00	55,14	76,42	4,63	0,36
Painel B: Variáveis categóricas								
Setor de atividade					%			
	Dummy = Indústria	6	0,14					
	Dummy = Outras	38	0,86					
Tipo de auditor								
	Dummy = Big4	15	0,34					
	Dummy = Outros	29	0,66					

Pela análise do Quadro 7 verificamos que o índice de divulgação de AFT varia entre o mínimo de 74% em 2010 passando para 89% em 2011, ou seja, o nível de

divulgação dos requisitos obrigatórios de divulgação aumentou de 2010 para 2011 em 15%.

Analisando as diferentes variáveis podemos concluir que:

- A “alavancagem” para o ano de 2010 varia entre o mínimo de 4,77 negativo e o máximo de 0,95 negativo, sendo em média negativa de 2%, significando que, em média, o valor dos capitais próprios apresenta-se insuficiente em relação aos ativos detidos pelas empresas da amostra, pelo facto de termos empresas que apresentam capitais próprios negativos devido à crise que atualmente se enfrenta. No ano de 2011 a tendência manteve-se, tendo a variável oscilado entre o mínimo de 5,35 negativo e o máximo de 0,94 negativo, sendo em média negativa de 6%.
- A “atividade externa” para o ano de 2010 varia entre o valor mínimo de 0 e o máximo de 0,86, sendo em média de 0,07 significando que em média o valor das vendas externas representa 7% do valor das vendas totais. No ano de 2011 a tendência manteve-se tendo a variável oscilado entre o mínimo de 0 e o máximo de 1, sendo em média de 6%.
- No que diz respeito ao “endividamento”, verificamos que em 2010 varia entre o mínimo de 8,52 negativos e 5,05 positivos tendo a média atingido 0,05, significando que em média o valor do financiamento alheio supera em 5% o dos capitais próprios das empresas. No ano de 2011 o valor do financiamento alheio supera em 16% o dos capitais próprios das empresas da nossa amostra.
- A “liquidez” para o ano de 2010 varia entre o mínimo de 0,23 positivos e 72,60 positivos tendo a média atingido 4,86. No ano de 2011 a tendência manteve-se tendo a variável oscilado entre o mínimo de 0,21 positivos e 85,41 positivos, sendo a média de 4,72.
- A “rendibilidade dos capitais próprios”, para o ano de 2010, apresenta um mínimo de 1,06 negativos e um máximo de 0,68 tendo a média atingido 0,08, significando que em média o valor do RAI supera em 8% o dos capitais próprios. No ano de 2011 o valor do RAI supera em 4% o dos capitais próprios da nossa amostra.



- A “rendibilidade do ativo” varia entre o mínimo de 0,33 negativos e o máximo de 0,28 positivos, sendo em média de 1% para 2010. No ano de 2011 a “rendibilidade do ativo” varia entre o mínimo de 0,50 negativos e o máximo de 0,33 positivos, sendo em média, negativa e ronda os 1%. Estes resultados derivam de na nossa amostra existirem empresas que apresentam resultados antes de impostos, negativos, que talvez se justifiquem pela crise em que vivemos.
- A “dimensão”, para o ano de 2010, varia entre o mínimo de 10,52 positivos e o máximo de 1833,29 tendo a média atingido 357,39. Para 2011 os valores não diferem significativamente, uma vez que varia entre um mínimo de 4,62 positivos e um máximo de 1355,86 positivos, tendo a média atingido 330,10.
- A “idade” varia entre o mínimo de 4 e o máximo de 491, sendo a média de 54,14 o que significa que a média da “idade” das empresas da amostra encontram-se nos 54 anos, para o ano de 2010, e para o ano de 2011 os valores são idênticas oscilando entre o mínimo de 5 e o máximo de 492, sendo a média de 55,14, significando que a média da “idade” das empresas da amostra se situa nos 55 anos.

No que diz respeito às variáveis categóricas, concluímos que das 44 empresas da amostra, 6 empresas pertencem ao setor da indústria, representando 86% da amostra e as restantes 14% pertencem ao setor do comércio e/ou serviços. Para a variável “tipo de auditor”, concluímos que, das 44 empresas, 15 são auditadas por uma das *Big4*, o que representa cerca de 34% da amostra, e as restantes 66% nunca foram auditadas por nenhuma das *Big4*.

## 5.2. Estudo da normalidade

Para analisar a normalidade das variáveis, apresentamos o Quadro 8:

Quadro 8 - Normalidade

	Kolmogorov-Smirnov <sup>a</sup>			Shapiro-Wilk		
	Estatística	df	Sig.	Estatística	df	Sig.
<i>Painel A: Ano 2010</i>						
Índice ponderado	0,51	44	0,00	0,28	44	0,00
Número de divulgações	0,28	44	0,00	0,82	44	0,00
Alavancagem	0,28	44	0,00	0,64	44	0,00
Atividade Externa	0,45	44	0,00	0,38	44	0,00
Endividamento	0,24	44	0,00	0,85	44	0,00
Liquidez	0,41	44	0,00	0,33	44	0,00
Rendibilidade dos Capitais Próprios	0,14	44	0,03	0,88	44	0,00
Rendibilidade do Ativo	0,17	44	0,00	0,92	44	0,01
Dimensão	0,24	44	0,00	0,75	44	0,00
Idade	0,26	44	0,00	0,52	44	0,00
<i>Painel B: Ano 2011</i>						
Índice ponderado	0,53	44	0,00	0,28	44	0,00
Número de divulgações	0,27	44	0,00	0,81	44	0,00
Alavancagem	0,29	44	0,00	0,61	44	0,00
Atividade Externa	0,46	44	0,00	0,35	44	0,00
Endividamento	0,22	44	0,00	0,79	44	0,00
Liquidez	0,38	44	0,00	0,28	44	0,00
Rendibilidade dos Capitais Próprios	0,22	44	0,00	0,78	44	0,00
Rendibilidade do Ativo	0,22	44	0,00	0,88	44	0,00
Dimensão	0,23	44	0,00	0,77	44	0,00
Idade	0,26	44	0,00	0,52	44	0,00

a. Lilliefors Significance Correction

Pela análise do Quadro 8 verificamos que o mesmo, contempla dois testes: o teste de *Kolmogorov-Smirnov* e o teste de *Shapiro-Wilk*. Como podemos verificar, apenas a rendibilidade do ativo em 2010 segue uma distribuição normal (p-value > 0,01). Nenhuma das restantes variáveis segue a distribuição normal.

O Quadro 9 apresenta os resultados dos testes de *Wilcoxon* para testar diferenças significativas nos valores médios relativos ao ano de 2010 e 2011.

Quadro 9 - Teste de Wilcoxon

	Valores Médios		Z	Sig. (2-tailed)
	2010	2011		
Índice ponderado	0,989	0,995	0,535	0,593
Número de divulgações	10,159	9,932	-0,995	0,320
Alavancagem	-0,021	-0,060	-0,644	0,520
Atividade Externa	0,066	0,058	-0,840	0,401
Endividamento	0,051	0,157	0,755	0,450
Liquidez	4,863	4,716	0,455	0,649
Rendibilidade dos Capitais Próprios	0,082	0,043	-1,004	0,316
Rendibilidade do Ativo	0,015	-0,007	-1,389	0,165
Dimensão	357,385	274,538	-5,403	0,000
Idade	54,136	55,136	6,633	0,000

Do Quadro 9 podemos reter algumas informações: relativamente às médias e, como já referido anteriormente, as diferenças encontradas não são significativas. Para um nível de significância inferior a 1% ( $p\text{-value} < 0,01$ ), observamos que para as variáveis “dimensão” e “idade” existem diferenças estatisticamente significativas entre os valores apresentados para 2010 e 2011. As restantes variáveis não são significativamente diferentes ( $p\text{-value} > 0,05$ ).

Para melhor análise do teste de *Mann-Whitney*, repartimos o estudo de acordo com as variáveis categóricas já definidas, ou seja, “setor de atividade” e “tipo de auditor”. No Quadro 10 apresentamos a análise do Teste de *Mann-Whitney* para o “setor de atividade”:

Quadro 10 - Teste de Mann-Whitney (setor de atividade)

	Valores Médios		MWU	Z	Exact Sig. (2-tailed)
	Indústria	Comércio/ Serviços			
<i>Painel A: Ano 2010</i>					
Índice ponderado	1,000	0,987	126,000	0,823	0,701
Número de divulgações	10,333	10,132	115,500	0,053	0,960
Alavancagem	0,360	-0,081	150,000	1,231	0,231
Atividade Externa	0,031	0,072	130,000	0,814	0,605
Endividamento	0,024	0,055	107,000	-0,239	0,828
Liquidez	4,323	4,949	125,000	0,376	0,726
Rendibilidade dos Capitais Próprios	0,193	0,064	145,000	1,060	0,305
Rendibilidade do Ativo	0,074	0,005	175,000	2,086	0,036
Dimensão	187,871	384,151	85,000	-0,992	0,339
Idade	57,500	53,605	161,500	1,625	0,106
<i>Painel B: Ano 2011</i>					
Índice ponderado	1,000	0,994	123,000	0,704	0,777
Número de divulgações	10,667	9,816	143,500	1,043	0,322
Alavancagem	0,353	-0,125	146,000	1,094	0,289
Atividade Externa	0,044	0,060	135,000	1,128	0,493
Endividamento	0,921	0,036	109,000	-0,171	0,881
Liquidez	5,048	4,663	127,000	0,445	0,677
Rendibilidade dos Capitais Próprios	-0,251	0,090	90,000	-0,821	0,431
Rendibilidade do Ativo	0,040	-0,015	149,000	1,197	0,245
Dimensão	147,463	294,603	81,000	-1,129	0,274
Idade	58,500	54,605	161,500	1,625	0,104

Do Quadro 10, podemos observar que o setor que mais se destaca, tanto em 2010 como em 2011, é o setor do comércio e/ou serviços e que as empresas com mais anos de atividade são as empresas do ramo industrial.

Assim, verificamos que, para a variável “índice ponderado de divulgação”, os valores médios não são significativamente diferentes para indústria ou comércio/serviços, em 2010 nem em 2011, porque o teste apresenta um nível de significância bilateral de respectivamente 0,701 e 0,777 (p-value > 0,05) para a variável;

No que respeito à variável “número de divulgações”, os valores médios não são significativamente diferentes para indústria ou comércio/serviços, nem em 2010

nem 2011, porque o teste apresenta um nível de significância bilateral de respetivamente 0,960 e 0,322 ( $p\text{-value} > 0,05$ ) para a variável.

Relativamente à variável “alavancagem”, não existem diferenças significativas nos dois setores, nos anos analisados (2010 e 2011) uma vez que as médias do teste mostram um nível de significância bilateral de 0,231 e 0,289 respetivamente ( $p\text{-value} > 0,05$ ). Este resultado poderá dever-se ao facto de algumas empresas da amostra apresentarem capitais próprios negativos

Por sua vez, para a variável “atividade externa”, os valores não apresentam diferenças significativas nem em 2010 nem em 2011, porque o teste apresenta um nível de significância bilateral de respetivamente 0,605 e 0,493 ( $p\text{-value} > 0,05$ ) para a variável, Os dados obtidos poderão ser justificados pelo facto de apenas 20% das empresas da amostra terem realizado vendas com o exterior;

No que diz respeito à variável “endividamento”, não existem diferenças significativas nos dois setores, nos anos de 2010 e 2011, uma vez que as médias do teste mostram um nível de significância bilateral de 0,828 e 0,881 respetivamente ( $p\text{-value} > 0,05$ ). Este desfecho pode dever-se ao facto de as empresas terem passivos elevados e capitais próprios negativos;

Comummente, para a variável “liquidez” o teste não apresentou diferenças significativas nos dois anos do estudo (2010 e 2011), pois apresenta um nível de significância bilateral de respetivamente 0,726 e 0,677 ( $p\text{-value} > 0,05$ ). Este resultado poderá ser justificado pela atual crise em que vivemos conduzindo as empresas a baixos níveis de liquidez;

Para a variável “rendibilidade dos capitais próprios”, não existem diferenças significativas nos dois setores, em ambos os anos analisados (2010 e 2011), uma vez que as médias do teste mostram um nível de significância bilateral de respetivamente 0,305 e 0,431 ( $p\text{-value} > 0,05$ ) para a variável. Para este resultado poderão estar subjacentes os capitais próprios negativos que algumas empresas apresentaram;

Por outro lado, a variável “rendibilidade do ativo” apresenta, no ano de 2010, um nível de significância bilateral de 0,036 ( $p\text{-value} < 0,05$ ) nos dois setores de

atividade, o que vem comprovar os estudos de Lundholm (1992), Salotti e Yamamoto (2008), Cunha e Ribeiro (2008). No entanto, o mesmo não se comprova no ano de 2011, uma vez que o teste apresenta um nível de significância bilateral de 0,245 ( $p\text{-value} > 0,05$ );

Relativamente à variável “dimensão”, não existem diferenças significativas nos dois setores, nos anos analisados (2010 e 2011) uma vez que as médias do teste mostram um nível de significância bilateral de 0,339 e 0,274 respetivamente ( $p\text{-value} > 0,05$ ). Este resultado poderá ser explicado pelo facto de as empresas não terem oscilado no nº de funcionários afetos à empresa em ambos os anos;

Para a variável “idade”, as médias do teste mostram um nível de significância bilateral, para 2010 e 2011, de 0,106 e 0,104 respetivamente, mostrando que não existem diferenças significativas ( $p\text{-value} > 0,05$ ), este resultado poderá ser justificado pelo facto de não existirem diferenças nos níveis de divulgação entre as empresas mais recentes e as mais antigas;

Como referido anteriormente, o teste de *Mann-Whitney* foi também aplicado à variável categórica “tipo de auditor”. O Quadro 11 apresenta o resultado do teste.

Quadro 11 - Teste de Mann-Whitney (*Big4*/Outro)

	Valores Médios		MWU	Z	Exact Sig. (2-tailed)
	Big4	Outro			
<i>Painel A: Ano 2010</i>					
Índice ponderado	0,986	0,995	226,000	0,422	0,673
Número de divulgações	9,667	10,414	191,000	-0,675	0,500
Alavancagem	-0,192	0,067	212,500	-0,124	0,901
Atividade Externa	0,005	0,098	177,000	-1,491	0,136
Endividamento	-0,544	0,359	171,500	-1,139	0,255
Liquidez	4,200	5,207	159,500	-1,436	0,151
Rendibilidade dos Capitais Próprios	0,112	0,066	217,500	0,000	1,000
Rendibilidade do Ativo	0,031	0,006	242,000	0,607	0,544
Dimensão	517,944	274,338	288,500	1,758	0,079
Idade	49,400	56,586	231,000	0,334	0,738
<i>Painel B: Ano 2011</i>					
Índice ponderado	0,995	0,994	218,000	0,028	0,977
Número de divulgações	9,533	10,138	178,000	-1,011	0,312
Alavancagem	-0,221	0,024	211,500	-0,149	0,882
Atividade Externa	0,007	0,085	185,000	-1,264	0,206
Endividamento	-0,400	0,444	178,500	-0,966	0,334
Liquidez	7,298	3,380	155,500	-1,535	0,125
Rendibilidade dos Capitais Próprios	0,129	-0,001	252,500	0,867	0,386
Rendibilidade do Ativo	0,024	-0,023	248,500	0,768	0,443
Dimensão	391,568	214,006	288,500	1,758	0,079
Idade	50,400	57,586	231,000	0,334	0,738

Podemos concluir que as empresas de maior “dimensão”, em ambos os anos do estudo, são as auditadas por uma das *Big4*; no entanto, as empresas com mais anos de atividade não são auditadas por uma das *Big4*.

Assim, verificamos que, para a variável “índice ponderado de divulgação”, os valores médios não são significativamente diferentes para as *Big4* ou outros, nem em 2010 nem em 2011, porque o teste apresenta um nível de significância bilateral de respetivamente 0,673 e 0,977 (p-value > 0,05) para a variável.

No que respeita à variável “número de divulgações”, os valores médios não são significativamente diferentes para as *Big4* ou outros, nem em 2010 nem em 2011, porque o teste apresenta um nível de significância bilateral de respetivamente 0,500 e 0,312 (p-value > 0,05) para a variável;

Relativamente à variável “alavancagem”, e como já justificado na análise ao Quadro 10, não existem diferenças significativas para as *Big4* ou outros, nos anos analisados (2010 e 2011) uma vez que as médias do teste mostram um nível de significância bilateral de 0,901 e 0,882 respetivamente ( $p\text{-value} > 0,05$ ). Contrariando os estudos de Adelopo (2011) e Iatridis (2012).

Por sua vez, para a variável “atividade externa”, e como já justificado na análise ao Quadro 10, os valores não apresentam diferenças significativas nem em 2010 nem em 2011, pois o teste apresenta um nível de significância bilateral de respetivamente 0,136 e 0,206 ( $p\text{-value} > 0,05$ ). Este resultado não comprovou o estudo efetuado por Gastón *et al.* (2010);

No que diz respeito à variável “endividamento”, e como já justificado na análise ao Quadro 10, não existem diferenças significativas para as *Big4* ou outros, nos anos de 2010 e 2011, uma vez que as médias do teste mostram um nível de significância bilateral de 0,255 e 0,334 respetivamente ( $p\text{-value} > 0,05$ ). O presente resultado vem comprovar os estudos de Aljifri (2008), Aksu e Kosedag (2006), Oliveira *et al.*, (2006) e Ousama *et al.*, (2012);

Comummente, para a variável “liquidez” e como já justificado na análise ao Quadro 10, o teste não apresentou diferenças significativas nos dois anos do estudo (2010 e 2011), pois apresenta um nível de significância bilateral de respetivamente 0,151 e 0,125 ( $p\text{-value} > 0,05$ ). O resultado do estudo vem contrariar a tese de Iatridis (2012);

Para a variável “rendibilidade dos capitais próprios”, não existem diferenças significativas para as *Big4* ou outros, em ambos os anos analisados (2010 e 2011), uma vez que as médias do teste mostram um nível de significância bilateral de respetivamente 1,000 e 0,386 ( $p\text{-value} > 0,05$ ) para a variável. Assim, os estudos de Akhtaruddin (2005), Lundholm (1992), Salotti e Yamamoto (2008), Cunha e Ribeiro (2008) não são comprovados;

Relativamente à variável “rendibilidade do ativo”, e como já justificado na análise ao Quadro 10, não existem diferenças significativas em ambos os anos



analisados (2010 e 2011), uma vez que as médias do teste mostram um nível de significância bilateral de respectivamente 0,544 e 0,443 ( $p\text{-value} > 0,05$ ) para a variável;

Relativamente à variável “dimensão”, e como já justificado na análise ao Quadro 10, não existem diferenças significativas para *Big4* e outros, nos anos analisados (2010 e 2011) uma vez que as médias do teste mostram um nível de significância bilateral de 0,079 para ambos os anos ( $p\text{-value} > 0,05$ ) vindo contrariar os estudos de Hackston e Milne (1996), Oliveira *et al.* (2006) e Lopes e Rodrigues (2007);

Para a variável “idade”, e como já justificado na análise ao Quadro 10, as médias do teste mostram um nível de significância bilateral para 2010 e 2011 de 0,738, mostrando que não existem diferenças significativas ( $p\text{-value} > 0,05$ ), o que vem comprovar o estudo efetuado por Akhtaruddin (2005).

### 5.3. Correlação

Pela análise dos Quadros 12 e 13 verificamos que, no ano de 2010, não existem correlações estatisticamente significativas entre a variável dependente “número de divulgações” e as demais variáveis independentes e de controlo.

Quadro 12 - Correlação (2010)

	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)
<i>Painel A: Ano 2010</i>												
(1) Índice ponderado	1,000											
(2) Número de divulgações	0,368*	1,000										
(3) Alavancagem	0,088	-0,118	1,000									
(4) Atividade Externa	-0,055	-0,118	0,184	1,000								
(5) Endividamento	-0,094	0,054	,307*	0,229	1,000							
(6) Liquidez	0,061	-0,227	,504**	0,241	,335*	1,000						
(7) Rendibilidade dos Capitais Próprios	0,217	-0,147	0,237	0,043	0,080	0,185	1,000					
(8) Rendibilidade do Ativo	0,212	-0,171	,611**	0,132	0,191	,509**	,616**	1,000				
(9) Dimensão	0,055	0,267	-0,114	-0,055	-0,070	0,006	,349*	0,072	1,000			
(10) Idade	-0,203	,584**	0,020	0,142	0,072	-0,055	0,047	-0,002	0,296	1,000		
(11) Setor de Atividade	0,125	0,008	0,188	0,124	-0,037	0,057	0,162	,318*	-0,151	0,248	1,000	
(12) Tipo de Auditor	0,064	-0,103	-0,019	-0,227	-0,174	-0,219	0,000	0,093	0,268	0,051	-0,006	1,000

Correlação de Spearman estatisticamente significativa a: \*\*0,01 e \*0,05 nível de significância (2-tailed)



*Índice de divulgação 2011, número de divulgações 2010 e número de divulgações 2011.*

De seguida, é apresentado, no Quadro 14, o modelo de regressão para 2010 e no Quadro 15 o modelo de regressão para 2011:

**Quadro 14 - Regressão (2010)**

Variáveis	Número de Divulgações 2010					Índice de Divulgação 2010				
	Sinal Previsto	B	Std. Error	t	P-value (2-tailed)	VIF	Sinal Previsto	B	Std. Error	t
Constante		0,192	0,134	1,435	0,161			-0,103	0,119	-0,862
Avançagem	-	-0,019	0,146	-0,130	0,898	2,208	-	0,066	0,131	0,502
Atividade Externa	?	-0,381	0,165	-2,312	0,027	1,133	?	0,005	0,140	0,034
Endividamento	?	0,100	0,107	0,932	0,359	1,190	?	-0,106	0,097	-1,090
Liquidez	+	-0,279	0,140	-2,001	0,054	2,019	+	0,019	0,126	0,150
Rendibilidade dos Capitais Próprios	+	-0,293	0,139	-2,109	0,043	1,986	+	0,149	0,125	1,199
Rendibilidade do Ativo	+	0,229	0,185	1,238	0,225	3,539	+	-0,040	0,167	-0,238
Dimensão	+	0,208	0,125	1,663	0,106	1,616	+	0,015	0,112	0,132
Idade	+	0,446	0,114	3,909	0,000	1,331	+	-0,111	0,103	-1,076
Sector de Atividade	+	0,015	0,312	0,048	0,962	1,266	+	0,161	0,281	0,572
Tipo de Auditor	+	-0,566	0,233	-2,425	0,021	1,337	+	0,078	0,210	0,370
<i>Ajustamento do Modelo</i>										
F				4,289	0,001					0,657
R <sup>2</sup>				0,573						0,166
R <sup>2</sup> Ajustado				0,439						-0,087
Durbin-Watson				1,743						1,676

Quadro 15 - Regressão (2011)

Variáveis	Sinal Previsto	Número de Divulgações 2011				VIF	Sinal Previsto	Índice de Divulgação 2011				VIF
		B	Std. Error	t	P-value (2-tailed)			B	Std. Error	t	P-value (2-tailed)	
Constante		0,144	0,133	1,084	0,287			-0,060	0,110	-0,542	0,591	
Alavancagem	-	-0,037	0,167	-0,221	0,827	2,763	-	-0,111	0,139	-0,799	0,430	2,750
Atividade Externa	?	-0,424	0,174	-2,433	0,021	1,121	?	-0,074	0,138	-0,534	0,597	1,158
Endividamento	?	-0,017	0,114	-0,152	0,880	1,274	?	0,019	0,096	0,195	0,847	1,297
Liquidez	+	-0,235	0,136	-1,729	0,093	1,828	+	0,110	0,113	0,974	0,337	1,826
Rendibilidade dos Capitais Próprios	+	0,026	0,126	0,206	0,838	1,510	+	0,086	0,104	0,830	0,412	1,538
Rendibilidade do Ativo	+	0,109	0,157	0,695	0,492	2,419	+	0,078	0,131	0,597	0,555	2,441
Dimensão	+	0,173	0,125	1,380	0,177	1,557	+	-0,011	0,104	-0,110	0,913	1,541
Idade	+	0,379	0,118	3,214	0,003	1,363	+	0,025	0,098	0,258	0,798	1,368
Sector de Atividade	+	0,455	0,317	1,435	0,161	1,252	+	0,178	0,264	0,674	0,505	1,240
Tipo de Auditor	+	-0,624	0,226	-2,761	0,009	1,200	+	-0,019	0,189	-0,099	0,921	1,214
Ajustamento do Modelo												
F												
4,173												
R <sup>2</sup>												
0,566												
R <sup>2</sup> Ajustado												
0,430												
Durbin-Watson												
1,919												
0,951												
0,101												
-0,172												
1,519												

Os dados dos Quadros 14 e 15 evidenciam que relativamente à variável dependente “índice de divulgação”, o modelo não é estatisticamente significativo tanto em 2010 ( $F = 0,657$ ;  $p\text{-value} > 0,05$ ), como em 2011 ( $F = 0,369$ ;  $p\text{-value} > 0,05$ ), pelo que todas as hipóteses relacionadas com o índice de divulgação não são comprovadas (H1 a), H2 a), H3 a), H4 a), H5 a), H6 a) e H7 a)).

No entanto, relativamente à variável “número de divulgações” os modelos de regressão são estatisticamente significativos tanto em 2010 ( $F = 4,289$ ;  $p\text{-value} < 0,05$ ), como em 2011 ( $F = 4,173$ ;  $p\text{-value} > 0,05$ ), apresentando um  $R^2$  ajustado de 0,573 e 0,566 respetivamente. Ou seja, 57,3% e 56,6% da variação do “número de divulgações” no ano de 2010 e 2011, respetivamente, são explicados por variações nas variáveis independentes introduzidas no modelo.

A Hipótese - H5 b) O “número de divulgações” dos AFT está positivamente associado com a “data da fundação da empresa” - é suportada nos dois anos. Verificamos, assim, que os resultados não corroboram o estudo de Akhtaruddin (2005) pelo qual as empresas com mais “idade” cumprem mais com os requisitos de divulgação da NCRF 7.

Contrariamente ao que era esperado, verifica-se uma associação negativa estatisticamente significativa ( $p\text{-value} < 0,05$  em 2010 e  $p\text{-value} < 0,01$  em 2011) entre o “número de divulgações” e o “tipo de auditor”. Esta ausência de associação também se constata noutros estudos (Ousama *et al.*, 2012; Wallace *et al.*, 1994) e uma das possíveis explicações para o resultado alcançado pode residir no facto de poucas empresas da amostra serem auditadas por uma das *Big4*. Esta associação negativa vem contrariar os estudos de Archambault & Archambault (2003); Oliveira *et al.* (2006) e Tsalavoutas (2011), que encontraram elevados níveis de divulgação para as empresas auditadas por uma das *Big4*, bem como Lopes e Rodrigues (2007) e Adelopo (2011) que encontraram uma relação positiva estatisticamente significativa.

Relativamente às hipóteses H1 b), H2 b), H3 b), H4 b), H6 b) e H7 b), respetivamente, “alavancagem”, “atividade externa”, “dimensão”, “endividamento”, “liquidez” e “rendibilidade” não são suportadas em nenhum dos anos do estudo.

Os resultados obtidos para a variável “alavancagem” vêm comprovar os estudos de Archambault & Archambault (2003) e Oliveira *et al.* (2006). No caso da variável “atividade externa” os resultados são concordantes com o estudo de Oliveira *et al.* (2006). O mesmo se aplica à variável “dimensão” em que são suportados os estudos de Morais e Fialho (2008) e Gastón *et al.* (2010). Relativamente à variável “endividamento” os resultados vêm comprovar os estudos de Aljifri (2008), Aksu e Kosedag (2006), Oliveira *et al.*, (2006) e Ousama *et al.*, (2012). Os resultados obtidos para a variável “liquidez” não coincidem com os resultados do estudo que Iatridis (2012) tinha realizado. Relativamente aos resultados obtidos para a variável “rendibilidade”, os mesmos vêm comprovar os estudos de Aljifri (2008); Hackston & Milne (1996); Morais e Fialho (2008); e Oliveira *et al.* (2006).

## Conclusões

Este estudo analisa o grau de cumprimento dos requisitos de divulgação obrigatórios exigidos pela NCRF 7, para os anos de 2010 e 2011. Com base numa análise de conteúdo dos relatórios e contas disponíveis nas páginas *web* de cada empresa, a nossa amostra era inicialmente constituída pelas 500 maiores empresas do Ranking da Revista Exame de 2010, mas uma vez que os relatórios e contas foram extraídos dos *sites* das empresas, vimos a nossa amostra reduzida a apenas 44, os relatórios disponíveis. Seguidamente, foi construída uma grelha de cumprimento com 27 itens de divulgação de informação relacionados com a NCRF 7.

As hipóteses testadas foram fundamentadas na literatura e nas teorias subjacentes, nomeadamente, *Positive Accounting Theory*, teoria da agência, teoria da sinalização e teoria dos custos políticos. Os resultados do modelo de correlação mostram que no ano de 2010 existe uma correlação positiva estatisticamente significativa entre a variável dependente “número de divulgações” e a variável independente “idade”; no ano de 2011, existe uma correlação positiva estatisticamente significativa entre a variável dependente “número de divulgações” e a variável independente “dimensão”, contrariando assim os resultados de Akhtaruddin (2005).

Os resultados do modelo de regressão mostram que a variável dependente “índice de divulgação” não é estatisticamente significativa em 2010 nem em 2011, pelo que todas as hipóteses relacionadas com o “índice de divulgação” não são comprovadas neste modelo, ou seja, não constituem fatores explicativos da divulgação dos AFT.

No entanto, relativamente à variável “número de divulgações” os modelos de regressão são estatisticamente significativos tanto em 2010 como em 2011. A hipótese H5 b) é suportada nos dois anos do estudo. Por outro lado verificou-se uma associação negativa estatisticamente significativa entre o “número de divulgações” e o “tipo de auditor”, contrariamente ao que era esperado.

Relativamente às variáveis “alavancagem”, “dimensão”, “endividamento”, “liquidez” e “rendibilidade” o modelo não revelou resultados significativos.

O estudo permitiu aferir qual o impacto nas divulgações de AFT no ano de transição, ou seja de 2010 para 2011 e identificamos quais os fatores que influenciaram essa divulgação.

O presente estudo teve algumas limitações, nomeadamente a amostra que se revelou bastante reduzida relativamente à inicial, pelo que sugerimos o aumento da amostra para comprovar os resultados esperados.

Uma outra limitação que se identificou foram os anos estudados, ou seja, 2010 e 2011: sugerimos, para uma investigação futura, que sejam analisados mais anos subsequentes à adoção do SNC.



## Referências Bibliográficas

- Adelopo, I. (2011). Voluntary disclosure practices amongst listed companies in Nigeria. *Advances in Accounting*, 27(2), 338-345. doi: 10.1016/j.adiac.2011.08.009
- Akhtaruddin, M. (2005). Corporate mandatory disclosure practices in Bangladesh. *The International Journal of Accounting*, 40(4), 399-422. doi: 10.1016/j.intacc.2005.09.007
- Aksu, M and Kosedag, A 2006, 'Transparency and disclosure scores and their determinants in the Istanbul stock exchange', *Corporate Governance*, Vol. 14, No. 4, pp.277-296.
- Aljifri, K. (2008). Annual report disclosure in a developing country: The case of the UAE. *Advances in Accounting*, 24(1), 93-100. doi: 10.1016/j.adiac.2008.05.001
- Archambault, J. J., & Archambault, M. E. (2003). A multinational test of determinants of corporate disclosure. *The International Journal of Accounting*, 38(2), 173-194. doi: 10.1016/s0020-7063(03)00021-9
- Branco, L. P. S., & Góis, C. G. (2013). Relato Financeiro – a importância e os determinantes da divulgação voluntária. análise da divulgação voluntária nas empresas em portugal.
- Calixto, L. (2010). Análise das Pesquisas com Foco nos Impactos da Adoção do IFRS em Países Europeus. *Revista Contabilidade Vista & Revista* 21, 157-187.
- Cunha, J.V.A. e Ribeiro, M.S. (2008) Divulgação voluntária de informações de natureza social: um estudo nas empresas brasileiras. *Revista de Administração – eletrônica – SP*, Vol. 1, No. 1 (6), pp. 1-23.
- Gastón, S. C., García, C. F., Jarne, J. I. J., & Gadea, J. A. L. (2010). IFRS adoption in Spain and the United Kingdom: Effects on accounting numbers

- and relevance. *Advances in Accounting*, 26(2), 304-313. doi: 10.1016/j.adiac.2010.08.003
- Hackston, D., & Milne, M. J. (1996). Some determinants of social and environmental disclosures in New Zealand companies. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 9, 77-108.
- Iatridis, G. E. (2012). Voluntary IFRS disclosures: evidence from the transition from UK GAAP to IFRSs. *Managerial Auditing Journal*, 27(6), 573-597. doi: 10.1108/02686901211236409
- Jensen, M.C. e Meckling, W.H. (1976), "Theory of the firm: Managerial behavior, agency costs and ownership structure", *Journal of Financial Economics*, Vol. 3, N.º 4 (June), pp. 305-360.
- Lang, M. eLundholm, R. (1992) An empirical assessment of voluntary disclosure theory. *Working Papers – Stanford Graduate School of Business*, Research Paper No. 1188, pp. 1-54.
- Leland, H. E., & Pyle, D. H. (1997). Informational Asymmetries, financial structure, and financial intermediation. *The Journal of Finance*, 32, nº2, 371-387.
- Lopes, P. T., & Rodrigues, L. L. (2007). Accounting for financial instruments: An analysis of the determinants of disclosure in the Portuguese stock exchange. *The International Journal of Accounting*, 42(1), 25-56. doi: 10.1016/j.intacc.2006.12.002
- Lopes, P. T., & Viana, R. C. (2008). The transition to IFRS: disclosures by Portuguese listed companies. *FEP Working Papers*, 1-28.
- Morais, A. I., & Fialho, A. (2008). Do Harmonised Accounting Standards Lead to Harmonised Accounting Practices? An empirical study of IAS 39 Measurement Requirements in Some European Union Countries. *Australian Accounting Review*, 224.

- Nordlund, B. (2010). Need for disclosure regarding property valuations in financial reports according to IFRS. *Journal of Property Investment & Finance*, 28(5), 333-353. doi: 10.1108/14635781011069954
- Oliveira, L., Rodrigues, L. L., & Craig, R. (2006). Firm-specific determinants of intangibles reporting: evidence from the Portuguese stock market. *Journal of Human Resource Costing & Accounting*, 10(1), 11-33. doi: 10.1108/14013380610672657
- Ousama, A. A., Fatima, A.-H., & Hafiz-Majdi, A. R. (2012). Determinants of intellectual capital reporting Evidence from annual reports of Malaysian listed companies. *Journal of Accounting in Emerging Economies*, 2(2), 119-139.
- Riegler, C., & Höllerschmid, C. (2006). Voluntary disclosure on project intangibles from R&D in business reporting: A principles-based approach for R&D intensive companies. *Journal of Intellectual Capital*, 7(4), 511-528. doi: 10.1108/14691930610709149
- Ross, S. A. (2009). The Determination of Financial Structure: The Incentive-Signalling Approach. *The Bell Journal of Economics*, 8, Nº1, 23-40.
- Salotti, B. M., & Yamamoto, M. M. (2008). Divulgação voluntária da demonstração dos fluxos de caixa no mercado de capitais brasileiro. 19, nº48, 37-49.
- Tsalavoutas, I. (2011). Transition to IFRS and compliance with mandatory disclosure requirements: What is the signal? *Advances in Accounting*, 27(2), 390-405. doi: 10.1016/j.adiac.2011.08.006
- Wallace, R. S. O., Naser, K., & Mora, A. (1994). The Relationship Between the Comprehensiveness of Corporate Annual Reports and Firm Characteristics in Spain. [Article]. *Accounting & Business Research (Wolters Kluwer UK)*, 25(97), 41-53.

Watts, R.L. e Zimmerman, J.L. (1978), "Towards a positive theory of the determination of accounting standards", *The Accounting Review*, Vol. 53, N.º 1 (January), pp. 112-134.

Weber, R.P. (1988), *Basic Content Analysis*, Sage University Paper Series on Quantitative Applications in the Social Sciences, Series No. 07-049, Sage, Beverly Hills, CA, and London.